

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC – SP**

**Joyce Mesquita Nogueira**

**Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em  
Dimensão Nacional**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO**

**São Paulo**

**2018**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC – SP**

**Joyce Mesquita Nogueira**

**Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em Dimensão Nacional**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Educação: Currículo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Nadia Dumara Ruiz Silveira.

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO**

**São Paulo**

**2018**

**Banca Examinadora**

---

---

---

*Ao meu filho amado Ulisses,  
para que perceba que a educação é o caminho.*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Finance Code 001.

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigada, meu Deus, pelo bom pensamento que me foi inspirado.

Aos meus pais, Jackson e Ana Célia, que compreenderam minha ausência e me deram suporte necessário para concluir esta jornada.

Ao meu filho amado, Ulisses, por ser o motivo da minha persistência e da minha alegria. O seu amor me fortalece.

Ao meu companheiro, Fabio, pelo amor, paciência e incentivos diários, durante toda esta trajetória. Sua presença e carinho tornaram todos esses dias mais leves.

À minha orientadora, Dra<sup>a</sup> Nadia Dumara, que me conduziu com tanta maestria neste percurso acadêmico e, num ato de generosidade e paciência, compartilhou seus ensinamentos com a excelência dos sábios. Agradeço por sua disposição, disponibilidade, sensibilidade e dedicação em todas as orientações.

Aos professores da banca examinadora: Dr<sup>o</sup> Eugênio Trivinho e Dr<sup>o</sup> Lucas Tasquetto, por terem aceitado o convite de colaborar com este trabalho. Suas observações e pontuações foram de extrema importância para complementação e aprofundamento da pesquisa.

Aos amigos que a PUC me deu, em especial, a Helga, que me acolheu no momento mais decisivo deste percurso.

À Cida, secretária do Programa Educação: Currículo, pelo acolhimento e atenção desde o início até hoje.

Aos familiares e amigos pelas palavras de encorajamento e por acreditarem que este sonho seria possível.

A todos minha eterna gratidão!

*“Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar de saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razão para ficar em algum lugar específico.”*

BAUMAN

NOGUEIRA, Joyce Mesquita. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em Dimensão Nacional**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a Internacionalização da Educação Superior no Brasil, com foco nas políticas em dimensão nacional. A pesquisa teve como objetivo analisar as políticas de Internacionalização da Educação Superior no Brasil, em dimensão nacional, tendo em vista sua contribuição para ampliar a compreensão desse componente e a qualificação dos processos de implementação no âmbito governamental e institucional. A metodologia caracteriza-se pela abordagem de natureza qualitativa e a utilização de procedimentos identificados pela pesquisa bibliográfica e análise documental. Esse caminho metodológico possibilitou reunir dados que, submetidos ao processo de análise, sustentaram a realização do estudo. O referencial teórico teve como conceitos centrais a internacionalização, além de políticas, programas e parâmetros curriculares destinados à Educação Superior. Os fundamentos selecionados estão apoiados em autores como Jane Knight, Marília Morosini, Milton Santos, Marcos Masetto, Enrique Dussel e Zygmunt Bauman. Dentre os resultados, foi possível identificar uma gama de diversos programas governamentais para internacionalização da educação superior, sobretudo direcionados à pós-graduação, embora tenha se constatado a carência de um marco normativo único e a necessidade da criação de parâmetros claros e uniformes para guiar esse processo. A conquista de legitimidade da internacionalização junto à comunidade científica das Instituições de Ensino Superior (IES) evidencia também a importância da criação de mecanismos de avaliação centralizados por agências de fomento e aumento nos financiamentos associados à avaliação dos programas e cursos. A finalização das investigações permite destacar que não foi intenção desta pesquisa apontar uma única conclusão, mas ampliar reflexões acerca do processo de internacionalização da educação superior no Brasil, ao analisar as políticas e programas apresentados em dimensão nacional, o que resultou na possibilidade de identificar desafios e potencialidades que instigam a construção contínua de novos conhecimentos, numa visão propositiva de novas conquistas no âmbito governamental e institucional.

**Palavras-Chave:** Internacionalização da Educação Superior. Políticas de Internacionalização da Educação Superior. Educação Superior.

NOGUEIRA, Joyce Mesquita. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Políticas em Dimensão Nacional**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

### **ABSTRACT**

This dissertation has, as its object of study, the internationalization of Higher Education in Brazil, with a focus on nation-wide policies. The research aimed to analyze the policies - in place at a national scale - for the internationalization of Higher Education in Brazil, aiming also to contribute to widening the comprehension of this component. Moreover, it aimed to assess the implementation processes of such policies, in both the governmental and institutional domains. The methodology is characterized by an approach of qualitative nature, and by the use of procedures identified in the bibliographic research and in the documentary analysis. Such methodological course made it possible to gather data that, subjected to the analysis process, backed the whole study's execution. The theoretical framework had, as its main concepts, the internationalization itself, as well as policies, programs and curricular parameters intended for Higher Education. Such framework relies on authors such as Jane Knight, Marília Morosini, Milton Santos, Marcos Masetto, Enrique Dussel e Zygmunt Bauman. Among the results, it was possible to identify an assortment of various governmental programs for the internationalization of Higher Education, especially for post-graduate studies. However, it was also possible to point out the lack of a single, centralized normative framework to guide this process, as well as the lack of clear and uniform parameters for it. The legitimacy that the internationalization conquered among the scientific community of the very Higher Education institutions highlights how important it is to create mechanisms of assessment, centralized by funding agencies, as is the increase in funding to programs and courses according to their evaluation. The conclusion of investigations, when analyzing nation-wide policies and programs of internationalization of the Higher Education in Brazil, allows to underline that this research's intention was not to draw one single conclusion, but to broaden reflections about the whole process. This resulted in the possibility of identifying challenges and potentialities that encourage continuous construction of new knowledge, in a view that proposes new achievements in the governmental and institutional spheres.

**Keywords:** Internationalization of Higher Education, Internationalization Policies of Higher Education, Higher Education.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Indicativo da taxa bruta de matrícula em cursos de graduação.....	30
<b>Gráfico 2</b> - Indicativo do percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior.....	31
<b>Gráfico 3</b> - Número de títulos de Mestrado concedidos no Brasil (2010-2016).....	33
<b>Gráfico 4</b> - Número de títulos de Doutorado concedidos no Brasil (2010-2016).....	33
<b>Gráfico 5</b> - Crescimento no número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil.....	34
<b>Gráfico 6</b> - Manutenção das notas nos programas de pós-graduação no Brasil.....	34
<b>Gráfico 7</b> - Alunos matriculados em Instituições de Ensino Superior privadas no Brasil.....	41
<b>Gráfico 8</b> - Modalidades de Bolsas Implementadas pelo Programa Ciências sem Fronteiras.....	80
<b>Gráfico 9</b> - Modalidades de Bolsas Implementadas pelo Programa Ciências sem Fronteiras.....	82
<b>Gráfico 10</b> Quantitativo de Bolsas Implementadas pelos Estados.....	82

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 -</b>	Número de Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e localização, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa da IES.....	40
<b>Tabela 2 -</b>	Distribuição das IES nas Regiões do Brasil.....	41
<b>Tabela 3 -</b>	Programas de Internacionalização entre Brasil e Europa.....	60
<b>Tabela 4 -</b>	Programas de Internacionalização entre Brasil e América do Norte.....	66
<b>Tabela 5 -</b>	Programas de Internacionalização entre Brasil e África, Brasil e América do Sul e demais países.....	71
<b>Tabela 6 -</b>	Programas de Internacionalização que não determinam o país de destino.....	75
<b>Tabela 7 -</b>	Média dos indicadores de internacionalização apontados pelas instituições no ano de 2016 e a média da meta para 2020, divididas de acordo com os agrupamentos.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANASEM	Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGCI	Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
CsF	Programa Ciências sem Fronteiras
DAAD	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional da Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RYE	Rotary Youth Exchange
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SAEG	Sistema de Avaliação da Educação Superior
TLC	Tratados de Livre Comércio
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade Estadual de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	14
	<b>Trajetória Acadêmico-Profissional e Contextos Culturais.....</b>	18
	<b>Objetivo Geral.....</b>	21
	<b>Objetivos Específicos.....</b>	21
	<b>Caminhos Metodológicos.....</b>	21
	<b>Estrutura do Texto Dissertativo.....</b>	23
<b>1</b>	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL.....</b>	25
<b>1.1</b>	<b>Processo Histórico da Educação Superior no Brasil.....</b>	25
<b>1.2</b>	<b>Metas e Estratégias do PNE para Educação Superior.....</b>	28
<b>1.3</b>	<b>Processo Histórico da Internacionalização da Educação Superior no Brasil.....</b>	35
<b>1.3.1</b>	<b>Fases da Internacionalização da Educação Superior no Brasil.....</b>	37
<b>1.4</b>	<b>Organização Acadêmica da Educação Superior no Brasil.....</b>	38
<b>1.5</b>	<b>Internacionalização no Currículo da Educação Superior.....</b>	42
<b>2</b>	<b>INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIMENSÃO NACIONAL.....</b>	48
<b>2.1</b>	<b>Órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis pela Internacionalização.....</b>	48
<b>2.1.1</b>	<b>Ministério da Educação – MEC.....</b>	48
<b>2.1.1.1</b>	<b>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.....</b>	50
<b>2.1.1.2</b>	<b>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.....</b>	53
<b>2.1.2</b>	<b>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.....</b>	55
<b>2.1.2.1</b>	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.....</b>	55
<b>2.1.3</b>	<b>Ministério das Relações Exteriores.....</b>	56
<b>2.2</b>	<b>Associação Brasileira de Educação Internacional – Faubai.....</b>	57
<b>2.3</b>	<b>Programas e Ações de Internacionalização para Educação Superior do Brasil.....</b>	58
<b>2.3.1</b>	<b>O Programa Ciências sem Fronteiras – CsF.....</b>	781

2.3.1.1	O Piauí no Programa Ciências sem Fronteiras.....	81	85
			87
3	<b>CENÁRIO ATUAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA</b>		90
3.1	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS,</b>		
	<b>POTENCIALIDADES E HORIZONTES.....</b>	85	
3.2	<b>Cenário Atual da Internacionalização nas Universidades</b>		91
3.3	<b>Brasileiras: Desafios e Potencialidades.....</b>	86	
	<b>Recomendações para Internacionalização da Educação</b>		98
	<b>Superior.....</b>	93	
	<b>Internacionalização Solidária.....</b>	98	102
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	105	109
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	109	113

## INTRODUÇÃO

Quando criança, na escola aprendia sobre globalização, com painéis ilustrativos feitos à mão, com os quais buscava explicar as consequências positivas e negativas de tal processo. Hoje, na condição de pesquisadora, continuo interrogando-me sobre essa temática, cuja importância torna-se cada vez mais evidente em diferentes cenários do mundo globalizado. Nas palavras de Bauman, “a globalização não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejamos ou esperamos *fazer*. Diz respeito *ao que está acontecendo a todos nós*” (BAUMAN, 1999, p. 59).

Para Santos (2001), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. De fato, esses fenômenos relacionam-se, porém, diferenciam-se quanto às suas concepções. Essa diferenciação expressa a referência da globalização ao fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, ideias, valores, cultura, bens e serviços; sendo a internacionalização evidenciada pelo relacionamento existente entre as nações, os povos, as culturas, as instituições e os sistemas (KNIGHT; DE WIT, 1997).

Enders (2004) argumenta sobre o aumento da interdependência entre Estados e o desenvolvimento de uma cultura universal como resultado da globalização. Concomitantemente, a internacionalização reflete o aumento da cooperação entre países, por meio de atividades entre fronteiras estrategicamente delineadas.

Observam-se, com frequência, iniciativas que revelam o interesse por uniformizar as culturas de todo o mundo; no entanto, concretamente os resultados caracterizam-se mais por diferenças e menos por homogeneidade, tornando distante a concretização de uma cidadania verdadeiramente universal:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 19).

Nessa perspectiva, Bauman (1999) avança nas interpretações, ao utilizar o conceito de hibridização cultural, e ressalta que tal experiência pode ser emancipadora, o que diverge da tendência hegemônica dessa compreensão, que resulta em perda cultural para os habitantes do “segundo mundo”.

Dussel, em suas reflexões, pontua a fragilidade das culturas e as consequências da hibridização cultural:

Tratava-se de situar todas as culturas que inevitavelmente se enfrentam em todos os níveis da vida cotidiana: a comunicação, a educação, a pesquisa, a política de expansão ou de resistência cultural ou mesmo militar. Sistemas culturais, cunhados por milênios, podem quebrar em décadas, ou se desenvolver pelo choque com outras culturas. Nenhuma cultura tem assegurada a sobrevivência de antemão. Tudo isso tem sido intensificado hoje, momento crucial na história das culturas do planeta (DUSSEL, 2016, p. 57).

Na obra “Por Uma Outra Globalização”, referida anteriormente, Milton Santos apresenta a globalização como uma ideologia restritiva que induz o mundo para a dominação, sem respeitar as diferenças e particularidades de cada sociedade:

A globalização atual é muito menos um produto das ideias atualmente possíveis e, muito mais, o resultado de uma ideologia restritiva estabelecida. Já vimos que todas as realizações atuais, oriundas de ações hegemônicas, têm como base construções intelectuais fabricadas antes mesmo da fabricação das coisas e das decisões de agir. A intelectualização da vida social, recentemente alcançada, vem acompanhada de uma forte ideologização (SANTOS, 2001, p. 159).

As relações humanas têm seus limites diminuídos por meio das tecnologias, mas as barreiras entre os países aumentam, distanciando os povos e segregando as nações. Os Estados voltam-se aos interesses financeiros dos mais afortunados, com isso, suas reais funções ficam alteradas, gerando adversidades e acentuando as desigualdades da população. No que se refere à mobilidade, cabe caracterizar a diferenciação desse processo no mundo globalizado:

Aliás, os mundos sedimentados nos dois pólos, no alto e no pé da nova hierarquia da mobilidade, diferem acentuadamente; também se tornam cada vez mais incomunicáveis entre si. Para o primeiro mundo, o mundo dos globalmente móveis, o espaço perdeu sua qualidade restritiva e é facilmente transposto tanto na sua versão “real” como na versão “virtual”. Para o segundo mundo, o da “localidade amarrada”, daqueles impedidos de se mover e assim fadados a suportar passivamente qualquer mudança que afete a localidade onde estão presos, o espaço real está se fechando rapidamente. É um tipo de provação que se torna ainda mais penosa pela insistente exibição na mídia da conquista do espaço e do “acesso *virtual*” a distâncias que permanecem teimosamente inacessíveis na realidade efetiva (BAUMAN, 1999, p. 85).

A mobilidade também pode ser percebida no meio acadêmico, em que experiências internacionais de pesquisas e formação são, na maior parte, restritas ao público que pode arcar financeiramente com os custos elevados dos processos de mobilidade acadêmica internacional. Essa realidade demonstra lacunas no desenvolvimento da internacionalização da educação superior e a necessidade de ampliação em investimento na internacionalização ativa.

Apesar de ser um bem público, a Educação vem se firmando como mercadoria internacional, e já foi regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como atividade mercantil, entendida como prestação de serviço entre os países; e os Tratados de Livre Comércio (TLC) estabelecidos na América Latina têm impulsionado a internacionalização, mas, sobretudo, o avanço dos processos de privatização e mercantilização da educação (LEHER, 2009).

Nessa perspectiva, a educação superior vem apresentando mudanças na sua configuração, em se tratando da sua área de competência e atribuições como: desenvolvimento de serviços avançados de comunicação e tecnologia, maior mobilidade de mão de obra internacional, mais ênfase na economia de mercado e liberação comercial, o foco na sociedade do conhecimento, mais iniciativas privadas e menos apoio público para a educação, assim como a importância cada vez maior de uma aprendizagem permanente durante toda a vida (KNIGHT, 2005).

Dessa forma, atividades relacionadas à visibilidade internacional, à globalização e à universalização das funções básicas de uma Instituição de Ensino Superior (IES) caracterizam também o processo de internacionalização da educação (MARGINSON; VAN DER WENDE, 2009).

Knight (2008) afirma que a internacionalização da educação superior é um processo dinâmico que envolve a associação dos aspectos intercultural e internacional nas funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços pela universidade.

Para Miura (2006), as ações institucionais de internacionalização são concentradas em duas áreas: parcerias internacionais e ensino. De acordo com a autora, as parcerias envolvem: acordos institucionais entre a instituição nacional e a estrangeira, programas de cooperação e pesquisa em conjunto, desenvolvimento de novas tecnologias e programas de mobilidade de alunos, professores e pesquisadores. Quanto as atividades de ensino: englobam questões referentes às diretrizes curriculares com conteúdo internacional, aprendizagem de língua

estrangeira, ensino em língua estrangeira, treinamento intercultural e utilização de literatura internacional.

A internacionalização, no contexto da educação, tem vasta e arrojada abrangência, além de impor à educação superior seu compromisso diante dos desafios de uma sociedade globalizada. Na realidade, constata-se que tal processo pode ser desenvolvido de forma ativa e passiva.

No âmbito do senso comum, enquanto o termo ativo sugere a formação de uma visão positiva, associada à inteligência daquele que exerce ação direta sobre algo ou alguém com a intenção deliberada de gerar resultados previamente estabelecidos; o termo passivo, ao contrário, assume conotação negativa porque associada à subalternidade, à dependência daquilo ou daquele que é objeto de determinada ação (LIMA; MARANHÃO, 2009, p. 585).

Desse modo, Lima e Maranhão (2009) explicitam a internacionalização ativa pelo recebimento de docentes, discentes e pesquisadores estrangeiros, sendo uma prática desempenhada por poucos países. Já a internacionalização passiva seria caracterizada pelo envio de pesquisadores, docentes e discentes para instituições estrangeiras, sendo essa prática realizada pela maioria dos países de “economia primitiva” e países em desenvolvimento, e seus resultados apresentam-se voltados mais aos interesses comerciais do que culturais (LIMA; MARANHÃO, 2009).

Os avanços na educação produzidos pela internacionalização e os avanços tecnológicos resultantes da globalização estimularam os acadêmicos e pesquisadores a buscarem financiamentos para seus estudos no exterior, através de bolsas de estudos ofertadas pelas agências de fomento do governo, oportunizando mudanças significativas nas relações entre países e Instituições de Ensino Superior.

A vivência dessas relações extramuros é intensificada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação que fortalecem mobilidades de diferentes naturezas, como a mobilidade acadêmica, do capital, de ideias e da liberdade de comércio, estabelecidas através de acordos internacionais.

Esse cenário expõe a necessidade de que o desenvolvimento da internacionalização ocorra de forma democrática, configurando-se como uma atividade curricular que agregue todos os interessados e não apenas aos mais favorecidos financeiramente. Acima de tudo, deve ser uma prática educacional para o desenvolvimento intelectual, com expansão de pesquisas e produção de

conhecimentos que gerem retorno positivo para as populações dos países envolvidos.

Nesse sentido, mais estudos precisam ser elaborados para tornar a internacionalização mais compreendida e acessada. É com essa intenção que a presente pesquisa fundamenta sua dimensão de análise, pautada na investigação de Morosini e Nascimento (2017) sobre a internacionalização da educação superior no Brasil, baseada em teses e dissertações recentes. As autoras construíram categorias interpretativas para a internacionalização da Educação Superior, e tais dimensões analíticas foram consideradas para nortear o caminho metodológico desta pesquisa. Nessa perspectiva, a categoria escolhida para pautar o estudo desta dissertação foi a dimensão nacional, a fim de apresentar a internacionalização da educação superior dirigida pela União.

Para Knight (2004), o nível nacional/setorial da internacionalização configura-se com a criação e implementação de políticas, financiamentos, programas e marcos regulatórios. Por meio dessa dimensão é que se estrutura a internacionalização da educação superior no país.

Morosini e Nascimento explicam que no cenário brasileiro a dimensão nacional retrata:

(...) a forte presença do estado nacional na educação superior, construção histórica do período colonial, quando da criação das instituições de ensino universitário no país. Reflete posturas paradigmáticas da formação de recursos humanos de alto nível para competir num mercado internacional no qual o trânsito por países desenvolvidos exige qualificação. Representa, também, em menor escala, a abertura para países latino-americanos e africanos num paradigma de solidariedade (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017, p. 7).

Além da dimensão nacional, as demais categorias consistem na dimensão global e dimensão institucional. A primeira apresenta as facetas da educação superior como bem público e/ou mercadoria e as influências desses processos. A segunda reflete a implementação e o desenvolvimento de políticas e programas de internacionalização executadas nas instituições de educação superior (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017).

### **Trajetória acadêmico-profissional e contextos socioculturais**

O comportamento humano e as diferenças culturais dos diversos países sempre me interessaram. Ao observar a forma como as pessoas reagem aos acontecimentos da vida e ao sofrimento gerado diante das frustrações, percebi que é possível desenvolver formas mais assertivas de lidar com tais acontecimentos e repassar direcionamentos para auxiliá-las nos cuidados com sua saúde mental.

Motivada por essas inquietações, aos dezoito anos, iniciei, em 2007, o curso de graduação em Psicologia, na Faculdade Integral Diferencial (FACID), na cidade de Teresina-PI. Ao longo de cinco anos aprendi sobre a influência dos pensamentos nas emoções e no comportamento humano e escolhi a vertente que iria direcionar meus atendimentos clínicos: a Terapia Cognitiva Comportamental. A formação acadêmica influenciou em minha atuação como psicóloga, mas as experiências vivenciadas com estudantes estrangeiros em processo de intercâmbio mostraram-me a complexidade do cérebro humano.

Eu e minha família tivemos a oportunidade de receber em nossa residência, localizada em Teresina, estudantes de vários continentes, vinculados ao Projeto Rotary Youth Exchange (RYE), intercâmbio de jovens do Rotary Club. Cada jovem europeu, asiático, latino que dividia seus hábitos e costumes conosco, evidenciava o quanto o ser humano é especial nas suas diferenças, e como podemos aprender com o outro.

Esses estudantes eram direcionados para escolas e faculdades, a fim de realizar as atividades de formação acadêmica, conforme previsto no país de origem. Nessa convivência, pude observar que mesmo assumindo esse compromisso com o acolhimento e a satisfação, nem todas as instituições de ensino de Teresina estavam preparadas para um atendimento de qualidade aos estrangeiros, quanto à sua formação e integração ao ambiente de ensino.

Relembrar essas experiências como parte da minha trajetória possibilita reafirmar que a partir desse momento, a internacionalização da educação passou a fazer parte da minha história de vida pessoal e profissional. Refletir sobre essas vivências compartilhadas com os estudantes estrangeiros, compartilhando seus ganhos, perdas, dificuldades e possibilidades, estimulou-me a abrir horizontes para ampliar conhecimentos sobre essa realidade.

Concluída a graduação, como psicóloga pude acompanhar jovens que se preparavam para intercâmbios e avaliar sua saúde mental. O desempenho dessas atividades permitiu identificar os desafios a serem enfrentados, tais como: intensa

ansiedade e agitação, densidade de compromissos ao mesmo tempo, trâmites burocráticos que permeiam todo o processo, dificuldades frente às exigências das novas responsabilidades, expectativas a serem administradas e novas habilidades sociais exigidas e a serem desenvolvidas. As emoções eram intensas, requerendo acompanhamento psicológico especializado.

Colocando-me à disposição para auxiliar e acompanhar adolescentes e jovens que passam por esse processo, iniciei os estudos sobre mobilidade acadêmica internacional. Atuando nesse contexto, logo me deparei com o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF) e encontrei muitos jovens que se preparavam para o intercâmbio, ou já haviam retornado. O CsF me encantou, por considerar o Programa a maior iniciativa de mobilidade acadêmica internacional já proposta no Brasil.

Pude constatar que, de fato, muitos erros ocorriam no percurso, muitos pontos necessitavam ser revistos, e eu estava disposta a contribuir para o desenvolvimento do Programa. Lamentava por não estar mais na faculdade, pois desejava viver tal experiência. Procurei satisfazer esse interesse iniciando estudos sobre o CsF, e apresentando os resultados de trabalhos desenvolvidos em eventos científicos.

Em meio aos meus estudos, pude acompanhar, também, os intercâmbios dos meus irmãos, um foi para Taiwan e o outro para a Colômbia. Ambos viveram grande imersão nessas culturas e tiveram excelente aproveitamento. Perseverando no meu interesse, em 2015 participei do processo seletivo para o Mestrado em Psicologia Comunitária na Universidade de Salamanca na Espanha; para minha alegria e satisfação, fui aprovada em todas as etapas do processo seletivo.

Nesse mesmo período, recebi outro presente, a chegada do meu filho, que me fez rever o objetivo de morar e estudar em outro país. Embora não tenha iniciado o Mestrado na Espanha, continuei os estudos acerca da internacionalização e sobre o CsF, com o objetivo de realizar mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Ao buscar opções para prosseguir minha formação acadêmica, conheci o Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que recebe grandes educadores e permanece como referência no Brasil. No final de 2016, participei do processo seletivo para o mestrado, com o projeto de pesquisa cujo objeto de estudos era o Programa

Ciências sem Fronteiras no Estado do Piauí. Mais uma vez, para minha alegria e satisfação, fui aprovada, atendendo a todos os quesitos da seleção.

A conclusão da dissertação de mestrado faz sentir-me honrada e grata por tal experiência, e pela oportunidade de acrescentar à minha trajetória a realização desta pesquisa que terá como questão central norteadora da investigação: Como se configura a internacionalização da educação superior no Brasil diante das políticas em dimensão nacional?

### **Objetivo Geral**

Esta pesquisa tem como objetivo geral norteador das sistematizações e análises interpretativas que compõem os capítulos integrantes da sua estrutura: analisar as políticas de internacionalização da educação superior no Brasil em dimensão nacional, tendo em vista sua contribuição para ampliar a compreensão desse componente e qualificação dos processos de implementação no âmbito governamental e institucional.

### **Objetivos Específicos**

Tendo em vista o objetivo geral, a delimitação dos objetivos específicos refere-se a investigações necessárias, considerando particularidades do estudo, o que compreende:

- Caracterizar o sistema de educação superior do país na perspectiva histórica; em relação às políticas de estado e a articulação da internacionalização no currículo;
- Identificar políticas e programas governamentais direcionados à internacionalização da educação superior;
- Identificar perspectivas de ressignificação e qualificação de políticas e programas de internacionalização e referências subsidiárias de processos de implementação inovadores.

### **Caminhos metodológicos**

A contextualização, a problemática e os objetivos desta investigação justificam a utilização da abordagem qualitativa, considerando que o objeto de pesquisa situa-se historicamente na estrutura sociocultural, sendo afetado pelas ideologias dominantes, o que exige aprofundamento da compreensão do fenômeno estudado, evitando generalizações (MINAYO, 2001).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa apresenta uma relação de identidade entre o investigador e o objeto investigado, concepção corroborada por Severino (2000, p. 145), que ressalta a importância dessa afinidade:

A temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não obviamente, num nível puramente sentimental, mas no nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados para o próprio pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve.

Essa reflexão destaca que a abordagem qualitativa, além de considerar a identificação do pesquisador com o objeto do seu estudo, contempla o significado ideológico presente na sua trajetória de vida.

Chizotti (2006) complementa que o caráter qualitativo das pesquisas, ao entender o pesquisador como um sujeito ativo, “descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” necessita de coerência epistemológica, metodológica e técnica para atingir confiabilidade e segurança.

Esta Dissertação constitui-se numa investigação de caráter exploratório, desenvolvida tendo como procedimentos metodológicos o estudo bibliográfico, utilizado na composição do referencial teórico, e a análise documental.

A utilização da análise documental constituiu-se instrumento necessário e imprescindível, a fim de nortear o acesso ao acervo de documentos oficiais que embasam as teorias e direcionam as políticas educacionais brasileiras. Richardson et al. (1999, p. 230) pontuam que a referida técnica permite compreender circunstâncias sociais e econômicas por meio do exame de documentos.

Embora pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando os aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

A análise documental é pertinente na realização de estudos em que analisa fases e períodos cronológicos, onde se busca identificar tendências no desenvolvimento de um fenômeno. Tendo em vista que os documentos permanecem os mesmos ao longo do tempo, revelando aspectos fundamentais do contexto em que foram produzidos, justifica-se a importância e a contribuição da metodologia (GODOY, 1995).

Marconi e Lakatos (2008) definem documentos de fonte primária aqueles encontrados em arquivos públicos (documentos oficiais, documentos jurídicos, material cartográfico e iconografia), em arquivos particulares e em fontes estatísticas.

A realização da análise documental incorporou a seleção de documentos, o que é considerado indispensável, assim como se constituiu em procedimento orientado a partir dos pressupostos e objetivos da investigação, dado a natureza da referida metodologia.

A caracterização do sistema de educação superior do país e a identificação das políticas e programas governamentais direcionados à internacionalização da educação superior viabilizaram-se pelo acesso a documentos oficiais e acervos bibliográficos; tais informações coletadas irão compor as sistematizações teórico-conceituais. Os documentos acessados correspondem aos Censos da Educação Superior; Plano Nacional de Educação; Plano Nacional de Pós-Graduação; Plano de Desenvolvimento Institucional; Resultado de pesquisas realizadas pela CAPES; entre outros.

### **Estrutura do texto dissertativo**

A presente dissertação, resultante da pesquisa realizada, encontra-se estruturada em três capítulos. Os reflexos da globalização na sociedade, as especificidades dos seus conceitos e a concepção básica da internacionalização da educação superior são apresentados aos leitores a partir do texto introdutório. As referências teóricas conceituais têm como suporte autores como: Zygmunt Bauman (1999) e Milton Santos (2001), que discutem de maneira crítica o processo de globalização e seus efeitos, considerando a importância do entendimento relativo ao eurocentrismo no processo de internacionalização.

O referencial teórico encontra-se sistematizado nos capítulos iniciais. O primeiro capítulo, sob o título “Educação Superior no Brasil”, expõe o processo histórico da educação superior no Brasil, e a trajetória da internacionalização da educação superior no país, bem como propostas de políticas de internacionalização para o currículo da educação superior. A fundamentação apoia-se nas reflexões de Dussel (2016) sobre interculturalidade e Masetto (2016) sobre currículo inovador.

O segundo capítulo, intitulado “A Internacionalização da Educação Superior: Dimensão Nacional” apresenta os órgãos governamentais que implementam as políticas de internacionalização para educação superior no Brasil e os programas de internacionalização estabelecidos através de cooperações internacionais. A composição fundamenta-se em Knight (2005) que elucida o processo de internacionalização da educação superior, e a apresentação de informações das agências oficiais do governo federal responsáveis pela administração dos programas de internacionalização.

A análise final encontra-se inserida no terceiro capítulo, que apresenta o cenário atual da internacionalização da educação superior no Brasil, buscando apontar os desafios, potencialidades e horizontes.

As Considerações Finais retomam pontos centrais das discussões acerca de políticas e práticas direcionadas à internacionalização na educação superior, tendo em vista estimular o interesse de docentes, discentes e pesquisadores em relação às atividades internacionais e viabilizar a ressignificação da internacionalização como parte efetiva do currículo.

## **1 EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL**

### **1.1 Processo Histórico da Educação Superior no Brasil**

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, as primeiras escolas de ensino superior foram fundadas, em 1808 (CUNHA, 1986). Mesmo com a independência política, em 1822, não houve mudança no formato do sistema de ensino, e não havia interesse, por parte da elite que detinha o poder, na criação de universidades. Dos 24 projetos propostos para criação de universidades, entre 1808 a 1822, nenhum foi aprovado (TEIXEIRA, 1969).

Depois de 1850, houve uma pequena expansão de instituições educacionais, com a consolidação de alguns centros científicos, como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais e em poucas instituições públicas, dependia da capacidade de investimentos do governo central e de vontade política (MARTINS, 2002).

Por consequência, o ensino superior no Brasil seguiu desenvolvendo-se lentamente, até a Proclamação da República, em 1889. Durante esse período, existiam faculdades isoladas, voltadas à formação de profissionais liberais que visavam ao diploma profissional com o propósito de ocupar cargos privilegiados e assegurar prestígio social (MATTOS, 1983).

Até o final do século XIX existiam apenas 24 instituições de ensino superior no país, com aproximadamente 10.000 estudantes. Com as possibilidades legais instituídas pela Constituição da República, em 1891, a iniciativa privada iniciou a criação de seus próprios estabelecimentos de ensino superior. Foi a partir das elites locais e confessionais católicas que as instituições de ensino privadas passaram a estruturar-se (TEIXEIRA, 1969).

O Brasil foi um dos últimos países da América a instituir universidades, e somente na década de 1920 se construiu o debate acerca da criação dessas instituições, não restrito a questões políticas, mas ao seu conceito e a suas funções na sociedade. Nessa perspectiva, as funções definidas referiam-se ao desenvolvimento da ciência, à promoção de pesquisas e ao incentivo e direcionamento aos pesquisadores. Na época, o país contava com cerca de 150

escolas isoladas e duas universidades, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, que eram formadas por escolas independentes.

Apesar da tardia implantação de universidades no país, o Brasil atualmente possui um dos maiores sistemas de educação superior da América Latina, contando com 2.407 instituições de educação superior e 8.048.701 alunos matriculados em cursos de graduação (BRASIL, 2017).

Em 1931, o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu uma ampla reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos, assim nomeada fazendo menção ao primeiro Ministro da Educação no país. A partir de então, foi autorizado e regulamentado o funcionamento das universidades, que deveriam organizar-se em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras (MARTINS, 2002).

No ano seguinte, em 1932, foi apresentado à sociedade brasileira o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que teve como finalidade apresentar diretrizes para uma política de educação. O documento foi elaborado pela elite intelectual da época, e tornou-se o marco do projeto de renovação educacional. Caracterizou-se por uma política democrática, ampla e integradora que baliza a educação e a sociedade brasileira até os dias de hoje. Mudanças significativas foram iniciadas a partir de então, tendo o documento como parâmetro.

Nesse período, várias universidades foram fundadas, professores e pesquisadores europeus foram contratados para compor o quadro de profissionais, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP), instituída em 1934, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1946.

A partir de 1945 houve a mobilização do movimento estudantil e de jovens professores em defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas, e a reivindicação da eliminação do setor privado na educação, por absorção pública das demandas. Todo o sistema de ensino e, em especial, a reforma universitária, compunha pautas de discussões.

As principais críticas ao modelo universitário apontavam: a instituição da cátedra, a compartimentalização, devido ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 e o caráter elitista da universidade. O catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tido como empecilho à organização de uma carreira universitária, e passou a simbolizar rigidez e administração ultrapassada. O elitismo se refletia no atendimento de parcela

mínima da população, sobretudo às classes mais privilegiadas. O que se pretendia era a extinção da cátedra, com organização departamental, dependente de decisões democráticas (MARTINS, 2002).

Tal debate permeou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada pelo Congresso em 1961, tornando-se referência na regulamentação do sistema de educação no país.

Anos depois, em 1964, os militares tomam o poder e as universidades públicas passam a ser controladas pelo governo federal. O regime militar sufocou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, consideradas como focos de subversão, ocorrendo a exclusão de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970 (SAMPAIO, 1999).

A reforma universitária passa a ser reivindicada, e através da pressão dos movimentos estudantis, em 1968, no Brasil, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). A Reforma tinha como premissa a tríade indissociável de ensino, pesquisa e extensão. Estabeleceu-se, nesse contexto, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando a titulação e a produção científica, além do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e da tendência a enviar brasileiros para o exterior, em busca de capacitação avançada. Ainda assim, a internacionalização se caracterizava como um processo fragmentado, desenvolvido isoladamente em cada programa de pós-graduação.

No início dos anos 90, a educação superior demonstrava a necessidade de uma delimitação mais flexível em suas políticas, associada a uma melhora na qualidade do ensino nas universidades e na ampliação do sistema. Destaca-se, nessa fase, o surgimento de fortes tendências de colocação da internacionalização como fator-chave da educação no Brasil.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é atualizada, e apresentou o sistema de avaliação das instituições de ensino superior, condicionando o credenciamento e recredenciamento ao desempenho alcançado na avaliação, reforçando o modelo tradicional das instituições de ensino superior no país. Cabe a ressalva quanto ao foco no ensino, com escassos investimentos em pesquisas. A LDB fortaleceu a centralização do sistema de educação superior e garantiu a representação estudantil nos colegiados (OLIVEN, 2002).

Mais recentemente, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que se trata de uma lei ordinária com vigência de dez anos, entrando em vigor a partir de 26 de junho de 2014, atendendo ao previsto no artigo 214 da Constituição Federal, ao estabelecer diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da Educação no Brasil.

Das vinte metas existentes no PNE, apenas três delas estão voltadas para a Educação Superior, e duas apresentam estratégias isoladas para a internacionalização e mobilidade estudantil no âmbito internacional. Dada a importância das deliberações deste Plano ao definir diretrizes para a Educação brasileira, destacam-se, no item a seguir, as metas referidas à Educação Superior, considerando o foco deste estudo.

## **1.2 Metas e Estratégias do PNE para a Educação Superior**

O Plano Nacional de Educação determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, em um período de dez anos (2014-2024). O primeiro conjunto de metas é direcionado para a garantia do direito à educação básica com qualidade. O segundo grupo de metas trata especificamente da redução das desigualdades e da valorização da diversidade. O terceiro bloco de metas se reporta à valorização dos profissionais da educação. E o quarto grupo de metas refere-se à educação superior, as quais serão detalhadas a seguir:

A Meta 12 determina a democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade. No tocante ao acesso à educação superior, principalmente à população de 18 a 24 anos, nota-se que o mesmo vem sendo ampliado no Brasil, no entanto, ainda não alcançou as taxas dos países desenvolvidos, e mesmo de grande parte dos países da América Latina (MEC/SASE, 2014).

A Meta 12 propõe, portanto, “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público” (MEC/SASE, 2014).

Elevar a taxa de matrícula na educação superior é extremamente relevante, mas é necessária atenção para os índices de conclusão dos cursos, bem como a qualidade dos mesmos. O Censo da Educação Superior, realizado pelo Inep, faz o

levantamento, também, dos concluintes dos cursos superiores, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia os cursos de graduação do país, dessa forma, tais informações, já coletadas e registradas, poderiam então ser consideradas no PNE para formulação de metas e estratégias.

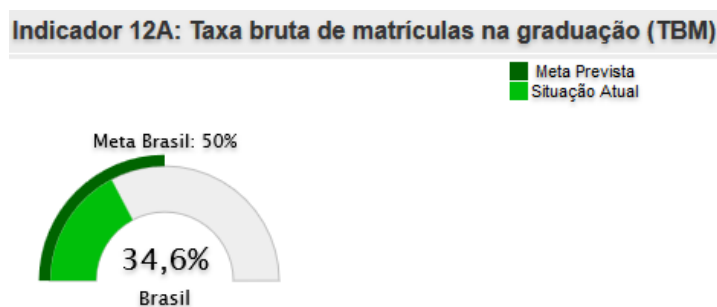
Dentre as estratégias prioritárias estabelecidas pelo PNE para o cumprimento da meta 12 destacam-se, conforme consta no documento:

- Estratégia 12.1: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;
- Estratégia 12.2: ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil;
- Estratégia 12.4: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
- Estratégia 12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil;
- Estratégia 12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e Decreto nº 7.824/2012;
- Estratégia 12.12: consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional;
- Estratégia 12.20: ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento (MEC/SASE, 2014).

Nota-se que apenas a estratégia 12.12 direciona atividades para o âmbito internacional, no entanto, voltada somente para a mobilidade de estudantes e docentes. Esta meta poderia ser mais desenvolvida para estimular a internacionalização ativa, com incentivos para matrículas de estudantes estrangeiros nos cursos brasileiros.

No gráfico a seguir, observa-se os resultados do indicador 12, cuja meta é 50%, e até o último levantamento atingia a marca de 34,6%. Em três anos de atividades, mais da metade da meta foi superada. Estima-se que continuando nesse ritmo, é provável que se atinja o quantitativo proposto. Acompanhar o desenvolvimento dos indicadores é uma forma de monitorar e avaliar o cumprimento das metas.

**Gráfico 1** - Indicativo da taxa bruta de matrícula em cursos de graduação



**Fonte:** Dired/Inep (2017)

A qualidade da educação superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente, sobretudo em cursos de mestrado e doutorado.

Nesse sentido, a Meta 13 visa “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento de doutores” (MEC/SASE, 2014).

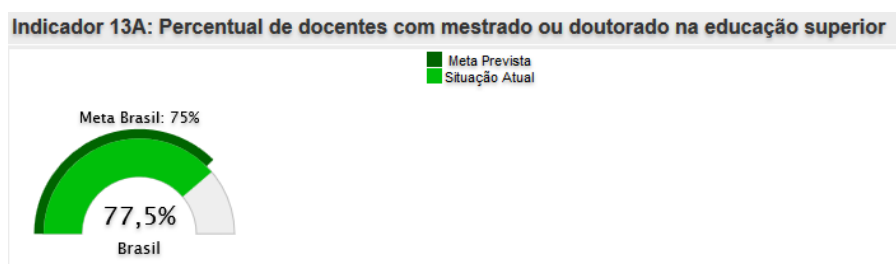
Entre as estratégias para o cumprimento dessa meta, o documento do MEC (2014) indica as seguintes estratégias:

- Estratégia 13.1: aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- Estratégia 13.3: induzir processo contínuo de auto avaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;
- Estratégia 13.4: promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas;
- Estratégia 13.5: elevar o padrão de qualidade das universidades, visando à realização de pesquisa institucionalizada, de modo articulado, a programas de pós-graduação *stricto sensu*. (MEC/SASE, 2014).

Na Meta 13, não foi apresentada nenhuma estratégia voltada para a temática da internacionalização. Os dados reafirmam que a internacionalização ativa poderia ter sido estimulada, com a atração de pesquisadores e docentes estrangeiros para compor os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O gráfico abaixo apresenta o desenvolvimento do indicador 13, cuja meta era de 75% de docentes com a titulação de Mestre ou Doutor, e no último levantamento observa-se o alcance do percentual de 77,5%, superando a meta estipulada.

**Gráfico 2** - Indicativo do percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior



Fonte: Dired/Inep (2017)

O Brasil possui um amplo sistema de pós-graduação *stricto sensu*, o que tem favorecido o desenvolvimento da pesquisa e da produção científica, sobretudo a publicação de artigos em periódicos, que segundo a Capes, ocupa a 13ª posição mundial nesse quesito. O registro de patentes também está crescendo, por conta da realização de pesquisas voltadas à inovação, que geram produtos, processos ou serviços (MEC/SASE, 2014).

Seguindo na apresentação das metas do PNE, a Meta 14 é a última que se refere à educação superior, ao propor “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores” (MEC/SASE, 2014).

Entre as estratégias estabelecidas no PNE para cumprimento dessa meta, pode-se destacar, no documento do MEC (2014), as seguintes:

- Estratégia 14.1: expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento;
- Estratégia 14.2: estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa;
- Estratégia 14.6: ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, nos campus novos, abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;
- Estratégia 14.9: consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- Estratégia 14.10: promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

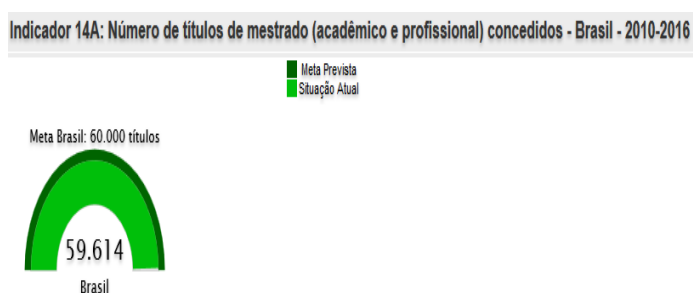
Verifica-se que as estratégias 14.9 e 14.10 estão voltadas para internacionalização, na medida em que se reportam a iniciativas fundamentais para fortalecer este processo da educação superior no país. Porém, deve-se considerar

que as referidas iniciativas precisam ser implementadas com rigor, a fim de expandir as ações internacionais nas IES, sugerindo atividades que façam parte do currículo dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e, também, do currículo da graduação.

O gráfico 3, inserido a seguir, apresenta o avanço do indicador 14A, que já em 2016 aproximava-se do alcance da meta estabelecida. Essa é uma meta que será facilmente superada, tendo em vista que há um aumento dos cursos de mestrado pelo Brasil, aumentando as possibilidades de ingresso.

Já o gráfico 4 aponta o indicador 14B, que até 2016 alcançou a marca de 20.603 títulos de doutorado, tendo como meta alcançar 25.000 títulos de doutorado até 2024. Seguindo o progresso apresentado até a finalização do prazo, a meta será alcançada. Da mesma forma que os cursos de mestrado, os cursos de doutorado estão expandindo, proporcionando maiores oportunidades para os interessados pelo título (Gráfico XX).

**Gráfico 3 - Número de títulos de Mestrado concedidos no Brasil (2010-2016)**

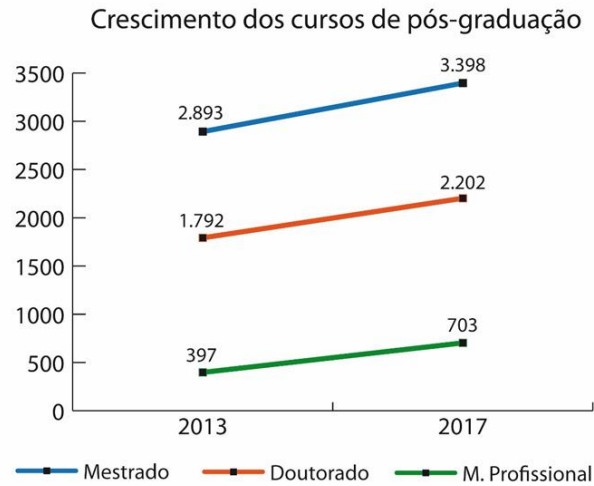


**Fonte:** Dired/Inep (2017).

**Gráfico 4 - Número de títulos de Doutorado concedidos no Brasil (2010-2016)**



**Fonte:** Dired/Inep (2017).

**Gráfico 5** - Crescimento no número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil

Fonte: CAPES (2017).

Constata-se no gráfico que os dados do levantamento do PNE vão de encontro com os dados apresentados na Capes, em 2017. Houve um aumento de 77% no número de cursos de mestrado profissional, o mestrado acadêmico atingiu um crescimento de 17% e o doutorado alcançou 23%, no quadriênio da avaliação.

Além do aumento de títulos de mestrado e doutorados concedidos no Brasil, é importante considerar a qualidade desses cursos, um ponto que o PNE não considerou como meta ou estratégia na sua estruturação. Ainda sim, na avaliação quadrienal da Capes verificou-se que o crescimento do número de cursos foi acompanhado pela manutenção na qualidade dos mesmos. Dos programas avaliados 67% mantiveram suas notas, 22% dos programas conseguiram elevar suas notas e apenas 11% diminuíram o nível, conforme exposto no gráfico XX abaixo.

**Gráfico 6** - Manutenção das notas nos programas de pós-graduação no Brasil

**Fonte:** Capes (2017).

Os programas de mestrado e doutorado estão no centro da internacionalização universitária, como se destaca, inclusive, no PNE. Nessa perspectiva é válido ter conhecimento das ações e planejamentos voltados para a pós-graduação *strictu sensu*.

Paralelamente ao PNE foi elaborado o Plano Nacional da Pós-Graduação de 2011 - 2020 (PNPG), pela primeira vez um plano nacional de educação contemplou as propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação, tendo como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. (BRASIL, 2010).

Posto isso, Almeida (2010) recomenda que haja mudanças nas regras dos concursos das universidades públicas com o propósito de aumentar o recrutamento de professores estrangeiros. A autora aponta a necessidade de haver reestruturação e ampliação dos programas de professores e pesquisadores visitantes, maior incentivo para atração de estudantes estrangeiros, além de fomento aos projetos colaborativos de longa duração e incentivo ao duplo-diploma, onde o aluno cursa uma parte do curso no país de origem e a outra parte em outro país. Ao finalizar o processo recebe dois diplomas referentes aos cursos nas universidades que estudou.

A internacionalização foi apresentada no PNPG como uma das metas principais. Com o intuito de fortalecê-la o Plano propõe o incremento na internacionalização ativa, e a consolidação de políticas e programas.

### **1.3 Processo Histórico da Internacionalização da Educação Superior no Brasil**

As relações internacionais voltadas para a educação superior no Brasil ocorreram a partir da metade século XX. O atraso é reflexo da tardia implementação de universidades no país (LAUS; MOROSINI, 2006).

As universidades criadas no país a partir da década de 20 já desenvolviam práticas de internacionalização do ensino, ao receberem professores estrangeiros e ao estabelecerem parcerias de cooperação internacional com universidades estrangeiras.

Nos anos 60 e 70 houve, também, o aumento de cooperação entre as universidades dos Estados Unidos e do Brasil, por meio de apoio financeiro, oferta de bolsas de mestrado e doutorado nos Estados Unidos e ampliação de programas de pós-graduação. A atuação do governo americano no Brasil, por intermédio de seus consultores, contribuiu para a formulação de políticas de internacionalização da época (CUNHA, 2007).

A partir dos anos 80 há o crescimento dos programas de pós-graduação em nossa sociedade, como apresentou Laus e Morosini no texto “Internacionalização da Educação Superior no Brasil”, presente no livro Educação Superior na América, autoria Jane Knight. As ações de cooperação internacional passaram a priorizar experiências igualitárias entre grupos envolvidos, por meio de programas de incentivo desenvolvidos por agências de fomento (LAUS; MOROSINE, 2006).

Em 19 de junho de 1999, na cidade de Bolonha, 29 ministros da educação de países europeus assinaram a Declaração de Bolonha, documento que firmou a livre mobilidade de estudantes (europeus ou não) entre as universidades europeias, através do Espaço Europeu de Ensino Superior, tendo como objetivo principal intensificar a competitividade internacional do sistema de ensino superior europeu.

Para Dias Sobrinho (2005), a Declaração de Bolonha:

[...] é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia. Daí a necessidade de adaptar os currículos às demandas e às características do mercado de trabalho, impulsionar a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornar a educação superior atraente no mercado global (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 4).

O Brasil também foi influenciado com os reflexos da Declaração, impulsionando a internacionalização da educação superior no país. Desde então, a mobilidade acadêmica internacional se tornou mais atrativa para os países da Europa.

Nos anos 2000, verifica-se a multiplicação de iniciativas de internacionalização no Brasil, bem como de novas políticas. Dentre elas, situam-se o desenvolvimento do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), Bolsas Ibero-Americanas e Luso-Brasileiras do Banco Santander e Programa USP de Bolsas de Intercâmbio Internacional para alunos de Graduação que se destinavam a promover

a mobilidade de estudantes de graduação com desempenho acadêmico de destaque.

O processo de internacionalização da educação superior realizado pelo Brasil foca, tradicionalmente, os países da Europa e os Estados Unidos. No entanto, a partir de 2003, com as novas políticas estrangeiras, acordos com os países em desenvolvimento (China, Índia, países latino-americanos e os do sul da África) estão vivenciando um significativo aumento, o que vem proporcionando bons resultados.

Percebe-se que a internacionalização da educação superior no Brasil vem se estruturando ao longo das décadas e se constituiu no decorrer de quatro fases historicamente significativas. Albeiro Trujillo apresentou um estudo analítico em atendimento à solicitação da Unesco, no qual analisou a legislação vigente no Brasil sobre os acordos de cooperação internacional e suas implicações no cenário da mobilidade acadêmica com outros países. Suas contribuições subsidiam sistematizações, em especial sobre a internacionalização da educação superior em nosso país.

### 1.3.1 Fases da Internacionalização da Educação Superior no Brasil

A primeira fase, enquadrada entre as décadas de 1930 e 1950, apresentava as seguintes características definidoras do processo de internacionalização:

[...] os programas de cooperação acadêmica tinham como prioridade as missões que traziam professores visitantes, no intuito de fortalecer as universidades já existentes e promover a consolidação de novas universidades (TRUJILLO, 2013, p. 3).

Esse período é marcado pelos Programas de cooperação acadêmica internacional com destaque nas missões que traziam professores visitantes.

A fase correspondente às décadas de 1960 a 1970 se diferencia quanto aos procedimentos e às finalidades das propostas:

[...] programas de bolsas de estudo para cursos de Mestrado e Doutorado, com a participação de agências nacionais e internacionais cujo foco principal era a reestruturação do sistema de Ensino Superior que seguisse o modelo norte-americano (TRUJILLO, 2013, p. 3).

Os programas de cooperação acadêmica internacional que foram desenvolvidos nessa fase deram ênfase à presença de consultores norte

americanos para aprimorar o sistema de educação superior brasileira e a concessão de bolsas de estudo para mestrado e doutorado no exterior.

O terceiro período, concentrado entre as décadas de 1980 e 1990, focou em novas iniciativas, acrescentando especificidades diferenciadas da internacionalização na vida acadêmica:

[...] programas de cooperação acadêmica internacional que fomentavam a criação de grupos de pesquisa, a vinda de professores visitantes, concessão de bolsas de doutorado em áreas consideradas prioritárias, e a implantação das bolsas sanduíche de doutorado (TRUJILLO, 2013, p. 3).

Nessa fase o crescimento da internacionalização da educação superior ocorreu a partir das ações articuladas pelo Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores, e o Ministério da Ciência e Tecnologia em razão de investimentos focados na criação e consolidação de institutos de pesquisa, especializados em áreas tidas como estratégicas pelas políticas públicas (CONTEL; LIMA, 2009).

Priorizar áreas estratégicas de interesse comum e ampliação de IES públicas identifica o quarto período, que compreende a primeira década do século XXI:

[...] em que se prioriza a cooperação internacional mediante a formação de grupos de pesquisa em áreas estratégicas de interesse compartilhado, continua o fomento à realização de doutorados em áreas sem tradição de pesquisa no país, e a criação de universidades federais orientadas para a internacionalização (TRUJILLO, 2013, p. 3-4).

Em seis décadas, a internacionalização da educação superior no Brasil se estruturou e ganhou forma. Não se trata mais de um processo primário, no entanto, são necessários aprimoramentos para torná-lo mais efetivo e democrático.

A centralidade do Estado é observada em todas as fases na medida em que assume a responsabilidade da definição de políticas e financiamentos em prol do desenvolvimento internacionalização da educação superior.

#### **1.4 Organização Acadêmica da Educação Superior no Brasil**

Para maior compreensão da educação superior no Brasil é essencial entender a sua organização acadêmica. O sistema de educação superior nacional é classificado a partir do conceito de investigação. Assim, a organização acadêmica se dá em universidades e instituições não universitárias identificadas como centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores e centros federais para educação tecnológica.

De acordo com Laus e Morosini (2005), as universidades partem do princípio de que o ensino e a pesquisa são inseparáveis. São instituições de natureza multidisciplinar, que visam à capacitação de profissionais, investigação e extensão, contemplando produção científica, intelectual e cultural para o desenvolvimento do conhecimento. Possuem autonomia didática, científica e administrativa, bem como na utilização dos recursos financeiros e da propriedade.

Já os centros universitários são instituições multicurriculares, possuem autonomia nos seus cursos e programas de educação superior. As faculdades integradas, também, são multicurriculares e seguem um padrão unificado pedagógico. Os institutos superiores de educação estão voltados para a capacitação dos professores. E os centros federais, para a educação tecnológica, oferecendo educação básica, técnica no nível de escola secundária e capacitação pedagógica para professores e especialistas (LAUS; MOROSINE, 2005).

Cabe ressaltar que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras estão organizadas sob duas categorias administrativas ou formas de natureza jurídica: a pública e a privada. As públicas são aquelas instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser: Federais, Estaduais, Municipais. Já as privadas são as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Cabe ressaltar que as IES privadas são geridas por grupos empresariais que visam, sobretudo, o lucro, mas há também instituições privadas sem fins lucrativos, como as comunitárias, que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; as confessionais, que atendem a determinada orientação confessional e ideológica; e as filantrópicas, que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado (LAUS; MOROSINE, 2005).

Com o intuito de apresentar dados quantitativos da educação superior do Brasil revela-se o último levantamento realizado em 2016, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontando que o Brasil

possuía 296 instituições de educação superior, que foram criadas ou incorporadas, financiadas ou administradas pelo setor público. Esse indicador corresponde a 107 instituições federais, 123 instituições estaduais e 66 instituições mantidas e administradas por autoridades municipais. Quanto ao setor privado, esse número é bem mais expressivo, alcançando a marca de 2.111 instituições espalhadas por todo o país, refletindo o desenvolvimento da educação superior enquanto mercadoria. Tais informações podem ser analisadas de forma detalhada na tabela a seguir:

**Tabela 1** - Número de Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e localização, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa da IES

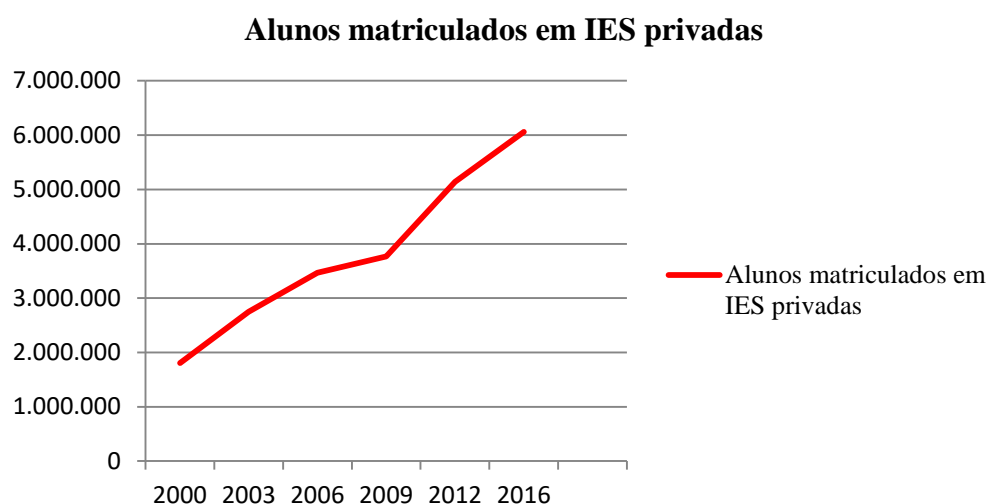
Censo da Educação Superior 2016															
1.1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016															
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.407	864	1.543	197	86	111	166	65	101	2.004	683	1.321	40	30	10
Pública	296	98	198	108	48	60	10	2	8	138	18	120	40	30	10
Federal	107	64	43	63	31	32	.	.	.	4	3	1	40	30	10
Estadual	123	33	90	39	17	22	1	1	.	83	15	68	.	.	.
Municipal	66	1	65	6	.	6	9	1	8	51	.	51	.	.	.
Privada	2.111	766	1.345	89	38	51	156	63	93	1.866	665	1.201	.	.	.

Fonte: Inep (2017).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2000, os alunos matriculados em instituições de ensino superior privadas totalizava 1.807.219, enquanto que atualmente esse quantitativo subiu para 6.058.623, um aumento de aproximadamente 335%. Tal aumento foi intensificado, também, por conta do ensino à distância que despontou a partir 2012 (gráfico 7), e representa um grande desenvolvimento na educação superior do país, mas a qualidade não está alcançando a mesma dimensão.

Como os sistemas de Educação Superior dos países latino-americanos e caribenhos não são capazes de absorver a crescente demanda por vagas, observa-se então um crescimento acelerado e desordenado da Educação Superior privada e a ampliação da oferta de programas transacionais de qualidade duvidosa (GAZZOLA e FENATI, 2010, p.14).

**Gráfico 7** – Alunos matriculados em Instituições de Ensino Superior privadas no Brasil



**Fonte:** Inep (2017), elaborado pela autora

Outra questão que precisa ser observada com atenção é o fato da distribuição desproporcional de IES pelo Brasil. A região sudeste concentra 1.126 instituições, totalizando, aproximadamente, a metade de todas as IES do país, enquanto na região norte há apenas 156 instituições de educação superior, o que corresponde ao total aproximado das instituições públicas da região sudeste, conforme exposto na tabela 2.

**Tabela 2** - Distribuição das IES nas Regiões do Brasil

<b>Região</b>	<b>IES Públicas</b>	<b>IES Privadas</b>	<b>Total</b>
<b>Norte</b>	24	132	156
<b>Nordeste</b>	66	414	480
<b>Centro-Oeste</b>	19	221	240
<b>Sudeste</b>	153	973	1.126
<b>Sul</b>	34	371	405

**Fonte:** Inep (2017), elaborada pela autora.

Regiões com a educação superior mais expressiva em termos de quantidade e qualidade tendem a ter mais oportunidades e, conseqüentemente, maior desenvolvimento na internacionalização. Tal afirmação pode ser constatada através

do resultado apresentado no Edital nº 41/2017 realizado pela Capes para seleção de projetos institucionais de internacionalização referentes ao Programa CapesPrint, revelam que das trinta e seis IES selecionadas, vinte e uma têm sede na região Sudeste, sete na região Sul, seis na região Nordeste, e na região Norte nenhuma IES foi contemplada.

Os reflexos da distribuição desigual das IES pelo Brasil também podem ser observados nos resultados quantitativos do Programa Ciências sem Fronteiras, os quais serão apresentados no capítulo 2 desta dissertação.

Há ainda as distorções regionais, evidenciadas direta e indiretamente em várias contribuições, ao sublinharem a grande concentração do sistema de pós-graduação no sudeste e no sul, conduzindo ao desafio de interiorização dos programas e da equalização das oportunidades (CAPES, 2010, p. 6).

Verifica-se tais desigualdades, também, na pós-graduação. Como explica Gazzola e Faneti (2010), o cenário da pós-graduação brasileira está associado ao desenvolvimento da economia nacional, concentrando-se, a maioria dos programas de mestrado e doutorado nas grandes cidades e nas regiões Sul e Sudeste, mantendo a concentração da qualidade e dos programas mais inovadores nas regiões economicamente mais favorecidas.

Para que a pós-graduação brasileira responda de maneira adequada às necessidades de desenvolvimento do país, é fundamental que haja um espalhamento equilibrado e generoso de nosso parque científico e acadêmico em pontos estratégicos do vasto território brasileiro. Para tanto, não basta utilizar as tecnologias de educação à distância, criar novas universidades ou campi, pois a pós-graduação de qualidade requer tempo de maturação institucional, infra-estrutura laboratorial complexa e de alto custo, grande número de pesquisadores produtivos e ambiente consolidado de pesquisa (GAZZOLA; FENATI, 2010, p. 12).

Apesar dessas questões, a pós-graduação do Brasil é a mais desenvolvida da América Latina (MOROSINI, 2013). No entanto, há muito para ser feito, a fim de tornar o acesso aos cursos e programas de pós-graduação mais democrático e responsivos,

## **1.5 Internacionalização no Currículo da Educação Superior**

O currículo é parte central em todos os níveis de ensino e na educação superior a concepção adotada pelas IES, influencia diretamente nas políticas internas de internacionalização. Tais políticas têm grande potencial para contribuir no aprimoramento das ações e programas desenvolvidos, bem no fortalecimento da cultura de internacionalização presente na IES.

A internacionalização está provando ser uma ferramenta útil para ajudar as instituições a fixar pontos de referência e sair com soluções inovadoras em relação à gerência, a academia e à investigação. Esta segue sendo outra forma em que a internacionalização pode ajudar a fortalecer a qualidade das instituições de educação superior e as funções primordiais do ensino, da aprendizagem e do serviço (KNIGHT, 2005).

A formação profissional integral é outro aspecto fundamental nesse processo, explorando e desenvolvendo competências humanas e profissionais. Para isso, deve haver flexibilização curricular, oportunizando o repensar das disciplinas, conteúdos e modo de avaliação, tendo como referência para a definição do currículo o contexto que define a realidade profissional.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), competências culturais adquiridas por um processo de aprendizagem intercultural tornam-se importantes habilidades que permitem às pessoas conviverem adequadamente em espaços complexos marcados por uma crescente diversidade de pessoas, culturas e estilos de vida. Competências essenciais ao homem contemporâneo, portanto.

O diálogo intercultural deve ser transversal, ou seja, deve partir de outro lugar, para além do mero diálogo entre eruditos do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante. Deve haver um diálogo multicultural que não pressupõe a ilusão de simetria inexistente entre as culturas (DUSSEL, 2016, p.14).

A aprendizagem intercultural é um processo relevante como componente de iniciativas inovadoras por desenvolver nos seus participantes a percepção crítica em relação ao preconceito. O outro pode ser visto como alguém diferente e não como inferior ou superior, a diferença é aceita como parte integrante da sociedade, e assim respeitada.

Para Dussel (2016), o diálogo intercultural não ocorre apenas entre os apologistas de suas culturas, que buscam apresentar aos outros suas virtudes e valores. É, sobretudo, um diálogo entre os críticos de sua própria cultura:

Não são os que simplesmente a defendem de seus inimigos, mas que primeiramente a *recriam a partir de pressupostos críticos* que se encontram em sua própria tradição cultural e da mesma Modernidade que se globaliza. A Modernidade pode servir como catalisador crítico (se utilizada pela mão especialista de críticos da própria cultura) (DUSSEL, 2016, p. 18).

A compreensão da interculturalidade leva a um processo de autoconhecimento e de conhecimento do próximo, desenvolvendo a empatia. As partes convivem com suas diferenças e compreendem que são essenciais para o desenvolvimento da humanidade, representando um atributo essencial no processo de inovação educacional.

A participação em programas de internacionalização oportuniza aos discentes e docentes o desenvolvimento científico em todas as suas interfaces, além de redimensionar suas experiências pessoais por meio de parâmetros curriculares inovadores, intensifica as relações sociais e a construção coletiva para o desenvolvimento profissional, social e cultural.

Processos inovadores abrangem a redefinição do papel do professor para uma postura de mediador, desenvolvendo relação de parceria e corresponsabilidade com os alunos que passam ser, também, responsáveis por seu processo de aprendizagem (MASETTO, 2012).

Saviani (2000) corrobora e pontua que a ideia de currículo ultrapassa a simples seleção de conteúdos disciplinares. Nessa acepção, ensinar não é, apenas, transferir conhecimento, é criar possibilidades ao aluno para sua própria construção (FREIRE, 2002).

O processo ação-reflexão-ação, incentivado e vivenciado individual e conjuntamente, proporciona crescimento, criticidade e um trabalho participativo. Dessa forma, o currículo é compreendido como construtor de identidades. Um currículo multicultural oportuniza a interação das culturas, partindo do respeito mútuo, da valorização dos diversos conhecimentos, propiciando um avanço na compreensão entre os diferentes segmentos de uma sociedade (ABRAMOWICZ, 2006).

O currículo se caracteriza, portanto, como um projeto de infinitas possibilidades, diante de um contexto de constantes transformações. Nesse sentido, Masetto e Gaeta (2016) discutem a ideia de inacabamento do currículo, ao conceituá-lo como um projeto integrado que contempla dimensões de aprendizagem como: epistemológicas, políticas, culturais, éticas, estéticas, pedagógicas e psicológicas para edificar o processo de ensino-aprendizagem e a formação.

Como prática social pedagógica, o Currículo se manifesta como um ordenamento sistêmico formal no tempo e no espaço, de ações coletivas e individuais de aprendizagem, relacionadas a experiências e vivências significativas da vida humana em seus diferentes momentos e necessidades, de forma individual e coletiva, trabalhando com conteúdos (informações e conhecimentos), métodos e técnicas, numa interação entre professores, gestores, alunos, programas e ambientes destas vivências (MASETTO; GAETA, 2016, p. 3).

Portanto, não é possível estruturar um currículo inovador pautado em métodos tradicionais, com aulas expositivas e aulas práticas, que visam apenas à comunicação de informações (MASETTO, 2012).

Torna-se necessário desenvolver formas construtivas e eficazes de avaliação que levam o aluno a estar sempre conectado aos conteúdos apresentados, estimulando continuamente a reflexão e o pensamento crítico.

Dada à amplitude e complexidade da realidade educacional, tendo em destaque os currículos do ensino superior, é válido ressaltar que para explicitar o significado de inovação curricular, é fundamental reconhecer:

...um conjunto de mudanças e adaptações que afeta o currículo em sua totalidade (finalidades, estrutura, funcionamento), em todas as suas dimensões, nos seus pontos-chaves e eixos constitutivos, de modo simultâneo e sinérgico. É uma mudança que pretende dar respostas a necessidades sociais e educativas e, portanto, uma mudança planejada e articulada com os diferentes setores da instituição educacional (MASETTO; GAETA, 2016, p. 4).

A inserção de propostas de internacionalização no currículo pode ser encarada como uma prática inovadora e para ser implementada nas IES é necessário dedicação plena, voltada para sua transformação ampla, envolvendo os quatro eixos constitutivos de uma proposta curricular: “contexto, protagonistas, estrutura curricular e gestão” (MASETTO; GAETA, 2016).

Na perspectiva de temporalidade, a compreensão de um currículo inovador deve considerar três tempos: o *start*, que é a descoberta da necessidade de mudar; a *origem*, que identifica as necessidades reais para a construção de um novo currículo; e a história da Instituição, que deve ser considerada para traçar o novo projeto educacional, de acordo com seu contexto. Os protagonistas envolvidos nesses momentos do processo de inovação, conforme já mencionado, são: gestores, professores, alunos e funcionários da instituição (MASETTO; GAETA, 2016).

Em relação à complexidade da estrutura curricular ao ser definida precisa considerar: a contextualização, a intencionalidade, os princípios de aprendizagem explicitados, os princípios epistemológicos, a integração da interdisciplinaridade, a intersecção entre teoria e prática, a reconceptualização das disciplinas e de seus conteúdos, as metodologias ativas inovadoras, a avaliação da aprendizagem com *feedback* contínuo, os espaços e tempos organizados, a flexibilidade, a integração e a interdependência dos elementos, além da revisão do modelo curricular disciplinar (MASETTO; GAETA, 2016).

Já no que concerne a gestão do projeto pedagógico, é de suma importância para o desenvolvimento, a implementação de estratégias e processos, tais como: programa de seleção e formação contínua de professores e funcionários, administração de conflitos, apoio no enfrentamento de problemas e riscos, providências para garantir as devidas condições de trabalho, participação nas discussões sobre mudanças curriculares, criação e gerenciamento de um sistema de avaliação e desenvolvimento e adaptação da infraestrutura (MASETTO; GAETA, 2016).

Diante do exposto, constata-se que a construção de um currículo inovador na educação superior e na pós-graduação, contemplando a política de internacionalização, é um processo que requer, além de propriedade e conhecimento técnico, muita dedicação por parte de todos os envolvidos, disponibilidade para persistir na edificação e no aprimoramento de um projeto em constante construção.

Essas reflexões indicam que a proposta de internacionalização deve ser amplamente divulgada, avaliada, analisada e pesquisada, a fim de que os investimentos públicos nessa área se consolidem e se firmem como política pública, e os resultados dessas atividades se multipliquem e envolvam em grande escala,

não só os professores e alunos da educação superior, mas toda a sociedade, fortalecendo a convivência plural e democrática.

## **2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DIMENSÃO NACIONAL**

O processo de internacionalização propicia o reconhecimento de tradições culturais, valores, e práticas educativas institucionalizadas de um país, para além das suas fronteiras territoriais. O seu desenvolvimento deve ser interpretado de maneira ampla e inclusiva, não reduzido a dimensões específicas de atividades ou programas. A internacionalização deve ser entendida, segundo Knight (2005, p. 2), “[...] a nível nacional, setorial e institucional”.

Os termos internacional, intercultural e global são utilizados como uma tríade, pois juntos representam a amplitude da internacionalização. Internacional se refere ao sentido de relações entre nações, culturas ou países, enquanto intercultural traduz a diversidade cultural no ambiente nacional. O global diferencia-se por reproduzir pela abrangência mundial das ações, admitindo-se as controvérsias quanto ao seu significado. Tais expressões se complementam entre si e demonstram a diversidade de amplitude e profundidade do processo de internacionalização (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017).

Para o desenvolvimento da internacionalização no âmbito da educação e em particular da educação superior no país, é necessário que esse processo integre as funções e atribuições de setores específicos e estratégicos dos governos federais e estaduais, compondo seus programas e ações efetivas.

### **2.1 Órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis pela Internacionalização**

Os órgãos responsáveis por desenvolver políticas, programas, financiamentos e discussões acerca da internacionalização da educação superior no Brasil são: o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério das Relações Exteriores. São departamentos superiores que têm competências sobre setores funcionais específicos da administração pública.

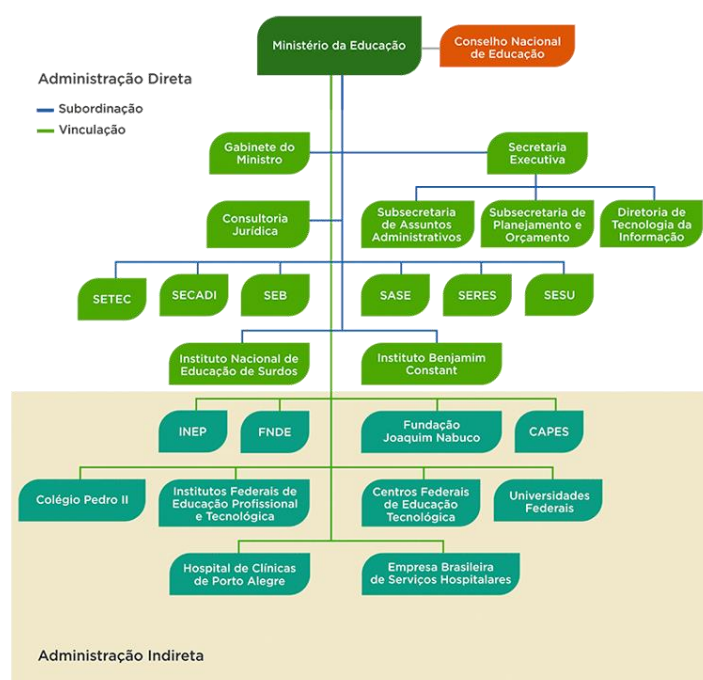
#### **2.1.1 Ministério da Educação – MEC**

O MEC é responsável pela regulação (formulação e avaliação) das políticas nacionais de educação, e suas ações são pautadas na LDB, sendo que somente em

1995 esse ministério passou a ter competência voltada apenas para as questões educacionais. Em 1930, a educação era direcionada pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública; em 1953, foi criada a sigla MEC, referindo-se ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1992, o MEC passou a ser o Ministério da Educação e do Desporto, e somente em 1995 a instituição passou a ser responsável apenas pela área da Educação. Foram necessários muitos anos de discussões e dedicação por parte de reconhecidos educadores para alcançar tal marco, que impõe empenho contínuo para aperfeiçoamento do sistema (MEC, 2018).

No organograma a seguir é possível observar a estrutura do MEC, seus setores e segmentos. A análise do organograma permite compreender sobre a complexidade da tramitação das políticas e programas educacionais desenvolvidos para o país em suas diversas instâncias.

**Figura 1 - Organograma do MEC**



Fonte: MEC (2018).

As atividades correspondentes à educação superior são direcionadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ambos vinculados ao MEC, sob administração indireta.

Tais instituições são fundamentais para o desenvolvimento de ações direcionadas à educação superior do país, dessa forma, conhecer suas funções e os programas desenvolvidos oportuniza maior compreensão do sistema e as dinâmicas de acesso às oportunidades.

#### **2.1.1.1 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep**

O Instituto é uma autarquia federal que tem como missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

O Inep atua nas áreas de avaliação, exames e indicadores da educação básica e superior. Na educação superior, tem como incumbência desenvolver as seguintes atividades: executar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); realizar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); efetuar a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem); desempenhar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida); Indicadores de Qualidade da Educação Superior; e executar o Sistema de Avaliação de Escolas de Governo (Saeg) (INEP, 2018).

As ações desenvolvidas pelo Instituto possuem também o enfoque internacional, contribuindo para o processo de internacionalização da educação no país. Estas ações incluem a participação em projetos de avaliação da Educação Básica e superior, além da produção de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente. O órgão possui uma Assessoria de Relações Internacionais que acompanha os trabalhos de suas Diretorias nesses projetos. Além disso, articula-se com organismos nacionais e internacionais para promover a cooperação institucional e técnica.

Participar de projetos desenvolvidos por organismos internacionais revela-se de grande importância para o Inep, uma vez que as atividades conjuntas para troca de experiências entre os especialistas em educação dos países envolvidos possibilitam o aprimoramento e o fortalecimento dos sistemas de informação e avaliação (INEP, 2018).

As ações internacionais do INEP merecem destaque, sendo que a divulgação é de fundamental importância para acesso de discentes e docentes. O que envolve as seguintes ações:

- Acesso em IES portuguesas, amparado por convênios interinstitucionais entre o Inep e IES de Portugal, que permitem o ingresso e a utilização de informações sobre o desempenho de estudantes que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para fins de seleção de estudantes brasileiros, fato que amplia as possibilidades de intercâmbio educacional. Os convênios interinstitucionais não envolvem transferência de recursos e não preveem financiamento estudantil por parte do governo brasileiro. Atualmente, o Inep possui 34 convênios interinstitucionais com IES de Portugal;
- Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras): é o único certificado brasileiro de proficiência em português como Língua Estrangeira reconhecido oficialmente, sendo conferido em quatro níveis. Essa certificação é realizada no Brasil e em outros países, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores;
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja Exterior): ofertado a jovens e adultos residentes no exterior que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade própria e buscam certificação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Atualmente, é aplicado em dez países, com apoio do Ministério das Relações Exteriores;
- Programme for International Student Assessment (Pisa) ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes: iniciativa de avaliação comparada coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 8º ano do Ensino Fundamental, na faixa etária dos 15 anos;
- Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul (ARCU-SUL): resultado de um acordo entre os Ministros de Educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e do Chile. O Sistema executa a avaliação e acreditação de cursos universitários. No Brasil, o Inep é o responsável pela gestão e realização das ações do ARCU-SUL;

- Indicators of National Education Systems (Ines) ou Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais: iniciativa da OCDE para construção de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente e elaboração de estudos técnicos, pesquisas e levantamentos para a análise das dimensões da constituição de indicadores;
- Teaching and Learning International Survey (Talis) ou Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem: coleta de dados comparáveis internacionalmente sobre o âmbito de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores nas escolas de diversos países que visam à revisão e definição de políticas para o aprimoramento da profissão docente;
- Education at a Glance (EaG): estudo anual do Indicators of National Education Systems (Ines) dedicado à coleta de dados educacionais internacionais sobre temas como o impacto da aprendizagem, o investimento financeiro, o acesso à educação, o contexto de aprendizagem, a organização das escolas;
- Cooperação Técnica Internacional: acordo de Cooperação Técnica firmado com Cabo Verde, República Dominicana e São Tomé e Príncipe, via Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, para repasse de expertise na área de avaliação educacional para países em desenvolvimento;
- Estudos Regionais Comparativos ERCE/LLECE: realizados por uma rede de diretores regionais de avaliação educacional na América Latina e no Caribe (Orealc/Unesco) que avaliam a qualidade da educação no Ensino Fundamental. O foco é melhorar a igualdade das situações educacionais;
- Setor Educacional do Mercosul (SEM): O Mercosul educacional é resultado da assinatura de protocolo de intenções por parte dos Ministros da Educação dos países membros do bloco para analisar questões relacionadas a indicadores estatísticos e obter a harmonização de termos educacionais;
- Redes de Agencias Nacionales de Acreditación de la Educación Superior (Riaces): reúne agências de avaliação e acreditação de países ibero-americanos para promover a cooperação e o intercâmbio de experiências em avaliação da Educação Superior. Além da Riaces, o Inep também participa da Red de Agencias Nacionales de Acreditación (Rana).

Diante do exposto é possível constatar que o INEP possui variadas ações internacionais relevantes para a educação superior do Brasil, envolvendo diversos países; porém, pouco se conhece a respeito, o que influencia no não aproveitamento das atividades em grande escala. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de aperfeiçoar estratégias de divulgação para fazer com que essas informações circulem nos meios acadêmicos abertamente, e não de modo restrito a determinados setores.

#### **2.1.1.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**

A cooperação internacional é um componente estratégico da missão da Capes. Portanto, a sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI) atua com o intuito de formar recursos humanos de alto nível, com a inserção de brasileiros no meio acadêmico, científico e tecnológico internacional. A internacionalização é encorajada de uma maneira ampla, não apenas através da mobilidade de discentes e docentes, mas também na troca de ideias, na integração da dimensão internacional ao ensino, à pesquisa e à extensão, funções das instituições de ensino superior (CAPES, 2018).

As atividades desenvolvidas pela Capes podem ser identificadas pelas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

O sistema de avaliação realizado por essa agência é utilizado como referência pela comunidade universitária, na busca por um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação são a base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação *stricto sensu*, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios e apoios).

Em âmbito governamental, a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI) da Capes é o órgão que administra as ações de internacionalização na Educação Superior. Foi criado em 1998, a fim de dinamizar o

intercâmbio acadêmico, focando, especialmente, na qualificação de recursos humanos, valorizando e reconhecendo a proposta de internacionalização.

A Agência possui um Programa Institucional específico para internacionalização, chamado Capes – PrInt. Trata-se de um projeto institucional com objetivos diversos voltados para a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu*, tais como: fomentar para a construção, implementação e consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais, com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior, e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação com cooperação internacional; fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; e integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização (CAPES, 2018).

Em outubro de 2018, a Capes anunciou o resultado final da seleção das IES que foram contempladas para participar do PrInt. Os recursos serão destinados a 36 IES que participaram do processo de seleção, iniciado em 2017. Os projetos escolhidos foram iniciados em novembro de 2018, com um prazo de duração de quatro anos. A partir de 2019, a agência investirá, anualmente, no Programa, R\$300 milhões que irá financiar as seguintes demandas: auxílio para missões de trabalho no exterior, recursos para manutenção de projetos, bolsas no exterior (Doutorado Sanduíche, Professor Visitante Júnior e Sênior e Capacitação em cursos de curta duração), bolsas no Brasil (Jovem Talento, Professor Visitante e Pós-Doutorado).

[...] trata-se de um programa novo, que visa fomentar o desenvolvimento de Planos Estratégicos de Internacionalização como meio de melhorar a qualidade dos cursos de pós-graduação brasileiros e de conferir maior visibilidade internacional à pesquisa científica realizada no Brasil (CAPES, 2018).

É importante considerar, também, as IES que não foram selecionadas, fornecendo consultores especializados para orientar a estruturação dos setores internacionais, ou criar setores específicos naquelas que não possuem, ofertando treinamento e capacitação para os funcionários, com o intuito de aprimorar a cultura

de internacionalização da Instituição, e desenvolver pontos considerados estratégicos pela Capes para que possam ser contempladas em futuros programas.

## 2.1.2 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) também é responsável por potencializar ações direcionadas à internacionalização da educação superior no Brasil. O MCTIC desenvolve ações e programas geridos por Conselhos e Agências que, para isso, estabelecem cooperações internacionais com o intuito de fortalecer o processo de internacionalização no Brasil.

### 2.1.2.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

O CNPq é uma das Agências que fazem parte do MCTIC, e tem como principais funções: fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Nesse sentido, compete ao CNPq, como órgão de fomento à pesquisa, participar da formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

A Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCIN) do CNPq é o setor responsável por desenvolver as atividades de cooperação científica e tecnológica internacional por meio do apoio à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, da capacitação em alto nível de recursos humanos, além de participação em organismos internacionais. Sua atuação está centrada em financiamento a Projetos conjuntos de pesquisa (intercâmbio científico e tecnológico interinstitucional) e visitas científicas, bem como em formação e capacitação de brasileiros em outros países e formação e capacitação de estrangeiros no Brasil (CNPQ, 2018).

O CNPq, por meio da CGCIN, apoia a formação de recursos humanos no exterior e no Brasil, mediante a concessão de bolsas de estudos nas modalidades de especialização, doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado. A concessão de bolsas no exterior para brasileiros se aplica mediante os convênios estabelecidos por meio de cooperações internacionais estabelecidas com diversos países.

Os convênios firmados se referem aos respectivos serviços de determinados países: Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD); Centro de Estudos Superiores de Matérias-Primas da França (CESMAT); Instituto Aeronáutico e Espacial da França (IAS) e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Há também outras oportunidades, como o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; as cooperações vigentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Programa Ciência sem Fronteiras, que atualmente está voltado apenas para pós-graduação e será abordado neste capítulo.

Com foco na internacionalização ativa, o CNPq oferta bolsas para estudantes e pesquisadores estrangeiros, através do Programa de Estudantes - Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) que concede bolsas de doutorado pleno, em IES brasileiras, a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, visando ao aumento de qualificação dos estudantes beneficiados. Esse programa é fruto de parceria entre a Capes, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por intermédio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), e o CNPq. Outro programa direcionado para estrangeiros é o Convênio com a Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento (TWAS), que tem por objetivo estimular a formação de jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento no campo das ciências naturais. Este Programa concede bolsas de Doutorado, Pós-Doutorado e Doutorado-Sanduiche a jovens pesquisadores estrangeiros em instituições brasileiras.

O CNPq amplia as possibilidades da internacionalização da educação superior no país, estimulando, também, a internacionalização ativa, atraindo pesquisadores, docentes e discentes para desenvolver pesquisas e estudos que contribuirão para o desenvolvimento dos países envolvidos.

### 2.1.3 Ministério das Relações Exteriores

Além do MEC e do MCTIC, identificados anteriormente, o Ministério de Relações Exteriores recebe cooperação técnica bilateral e multilateral em todos os campos do conhecimento, cooperação técnica dos países desenvolvidos e cooperação científica. A cooperação educacional é uma vertente que se destaca por

estabelecer relações entre países, visando o desenvolvimento econômico e social e promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural.

A política externa para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões: econômica, política e cultural. Por focalizar diretamente a qualificação da mão de obra dos países com os quais mantém relações, a cooperação educacional contribui para o desenvolvimento econômico.

Dentre as atribuições do Itamaraty, como também é chamado, nas ações de cooperação educacional, exercidas por meio da Divisão de Temas Educacionais, estão: divulgar oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros; tratar de questões gerais relacionadas à cooperação educacional oferecida pelo Brasil; coordenar, em conjunto com o MEC e o MCTIC, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); tratar de assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil, de outros países, agências estrangeiras ou organizações internacionais; participar da negociação de acordos e programas sobre cooperação educacional no plano internacional, bem como acompanhar sua execução (ITAMARATY, 2018).

O Ministério das Relações Exteriores exerce fortemente um papel de articulador, estabelecendo acordos internacionais para incrementar a relação do Brasil com outros países, focando, também, nas articulações no campo educacional, fundamentais para o fortalecimento da internacionalização da educação superior no país.

## **2.2 Associação Brasileira de Educação Internacional – Faubai**

No processo de implementação e organização da internacionalização da educação superior no Brasil há também órgãos não governamentais que executam tais atividades como a Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), criada em 1988 com o intuito de promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacional como instrumentos para melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas.

A partir das articulações e ações desenvolvidas pela Faubai, muitas IES passaram a organizar e instituir setores específicos para tratar das questões internacionais nas IES, e capacitações foram, então, executadas para as equipes

administrativas responsáveis por esses setores, mediante seminários, oficinas e reuniões anuais.

Atualmente, a Faubai reúne mais de 180 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais das IES brasileiras, promove integração e capacitação; divulga as potencialidades das IES junto às agências de fomento, representações diplomáticas e programas internacionais; promove congressos, conferências, seminários, cursos e encontros; oferece assessoria às universidades, órgãos públicos e outras entidades; participa ativamente nos órgãos públicos e organismos que promovem a cooperação internacional, mantendo atualizados os bancos de dados que tratam desse assunto e, por fim, realiza intercâmbios entre universidades, agências, organizações e entidades do exterior (FAUBAI, 2018).

Em 2018, ocorreu a 30ª Conferência anual da Faubai, nos dias 14 a 18 de abril, no Rio de Janeiro, com a temática: Internacionalização e Pesquisa: Desafios e Estratégias. Participaram da Conferência, representantes de 29 países de todos os continentes, sendo Diretores Internacionais, Presidentes e Vice-Presidentes de IESs, representantes de organizações internacionais, diplomatas, governos e empresas, além de especialistas, professores, pesquisadores do Brasil e do exterior.

Tal temática foi extremamente relevante, pois a internacionalização da educação superior se desenvolve, sobretudo, a partir de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação (LAUS; MOROSINE, 2004).

### **2.3 Programas e Ações de Internacionalização para a Educação Superior do Brasil**

Os órgãos governamentais e não governamentais idealizam e implementam as políticas e programas de internacionalização para serem executadas pelas IES afim de que os interessados possam ter acesso as oportunidades, como: intercâmbio científico para outros países, apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais, bolsas de estudos para doutorado, bolsas para realização de pesquisas, bem como a acolhida de pesquisadores visitantes (LAUS; MOROSINI, 2004).

Nesse contexto, as IES passam a ser responsáveis pela execução das políticas e programas e assumem a designação de Universidade de Classe Mundial (UCM) que se caracterizam por seu expressivo comprometimento com o processo

de internacionalização, buscando atrair e concentrar estudantes e profissionais engajados em atividades acadêmicas e científicas, de maneira a conquistar e manter sua excelência (SALMI, 2009).

Altbach (2004) acrescenta que uma UCM define-se pelos seguintes princípios: excelência e liberdade de pesquisa, ensino e expressão; autonomia acadêmica; infraestrutura adequada; financiamento; diversidade e cosmopolitismo. Este último elemento está associado à promoção de um ambiente multicultural, onde as experiências locais dos pesquisadores, professores e estudantes interagem com as desenvolvidas em outros países, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento internacionalização da educação superior.

O intercâmbio de conhecimentos acadêmicos, técnicos, científicos e tecnológicos, está cada vez mais presente em algumas IES com tradição em internacionalização, o que estimula o desenvolvimento e a aliança política e cultural entre as instituições, sociedades e Estados (BRASIL, 2017).

As cooperações científicas internacionais e as experiências de mobilidade acadêmica internacional são tão valiosas que as notas dos PPGs são influenciadas por tais práticas. “A demanda por internacionalização pode ser considerada como o fator de mais alto impacto na conceituação de um programa de pós-graduação.” (BRASIL, 2010). A internacionalização dos cursos de pós-graduação é um dos quesitos mais relevantes para a Capes na avaliação dos Programas, estimulando, a criação de convênios e acordos entre o Brasil e outros países.

A promoção da cooperação científica internacional ocorre entre dois ou mais países, por meio de programas ou acordos variados na área da educação. O Brasil possui diversos convênios de cooperação internacional voltados para pesquisa e para a educação superior. O fomento dos mesmos cabe às agências oficiais como a Capes e o CNPq, além dos acordos estabelecidos diretamente entre as IES por instituições privadas, agências de fomento estaduais ou fundações.

Dada à multiplicidade dos programas de internacionalização existentes atualmente no Brasil, os dados foram sistematizados em quadros para facilitar a compreensão. Constatou-se que os programas e acordos de cooperação estabelecidos possuem características diferentes na composição e execução dependendo do continente em que o país está localizado, por conta disso as informações foram organizadas contemplando estes aspectos.

A tabela 3 apresenta programas e cooperações internacionais estabelecidos entre Brasil e Europa, sendo que a maioria deles é voltada para a pós-graduação e se referem a projetos para pesquisas em conjunto direcionadas a áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e econômico do Brasil.

Dentre os mais consolidados estão o acordo de cooperação interuniversitária, assinado em 1979, que tem como parceiros institucionais, no Brasil, a Capes (Ministério da Educação), e na França, o Ministério das Relações Exteriores e Europeias e o Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa, representados pelo Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil – Cofecub, para realização de doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral. Identifica-se, também, o Programa Conjunto de Bolsas para realização de doutorado pleno, doutorado sanduíche e doutorado com cotutela na República Federal da Alemanha, promovido pela CAPES em cooperação com o CNPq e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD.

Os programas referentes à graduação são voltados para parcerias universitárias que visam estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive de equivalência e reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

**Tabela 3 - Programas de Internacionalização entre Brasil e Europa**

<b>NOME DOS PROGRAMAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS</b>
<b>COFECUB</b> Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil	Projeto conjunto de pesquisa	Fomentar o intercâmbio entre Instituições de Ensino Superior e institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento público brasileiros e franceses.
<b>Brafitec</b>	Parceria Universitária	O programa consiste em projetos conjuntos de pesquisa em parcerias universitárias em todas as especialidades de Engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos.
<b>DAAD</b> Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico	Bolsa individual	Programa Conjunto de Bolsas para realização de Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche e Doutorado com cotutela na República Federal da Alemanha.
		O programa PROBRAL apoia projetos

<b>Probal</b>	Projeto conjunto de pesquisa	conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos brasileiros e alemães vinculados a Instituições de Ensino Superior e/ou Pesquisa.
<b>Brafagri</b> Brasil França Agricultura	Parceria universitária	O programa consiste em projetos de parcerias universitárias nas áreas de ciências agrônômicas, agroalimentares e veterinária, disciplinas correlatas, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.
<b>FCT</b> Fundação para a Ciência e a Tecnologia	Projeto conjunto de pesquisa	O programa tem como objetivo aprovar projetos conjuntos de pesquisa entre instituições de ensino brasileiras e portuguesas. Poderão ser inscritos projetos nas áreas do conhecimento, definidas em conjunto entre a FCT e a Capes e descritas no Edital vigente. A proposta prever o intercâmbio, a mobilidade de pesquisadores, docentes e discentes de pós-graduação e que contribuam para a expansão e a internacionalização de suas instituições.
<b>Unibral - desativado</b>	Parceria Universitária	Apoiar projetos de parceria entre universidades brasileiras e alemãs para promover o intercâmbio de docentes e estudantes de graduação.
<b>DGPU</b>	Projeto conjunto de pesquisa	O programa tem como objetivo apoiar o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa, brasileiras e espanholas, por meio da mobilidade de docentes, pesquisadores e discentes de pós-graduação brasileiros e espanhóis, visando à consolidação, expansão e internacionalização das instituições de ensino superior e dos institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento públicos brasileiros. Esse apoio se concretiza com a abertura de processo de seleção para projetos conjuntos de pesquisa e para seminários (workshops) em todas as áreas de conhecimento.
<b>Nuffic</b>	Projeto conjunto de pesquisa	O Programa visa à formação de recursos humanos de alto nível e se destina a apoiar projetos conjuntos de pesquisa favorecendo o intercâmbio de estudantes e pesquisadores, consolidando a cooperação bilateral entre Brasil e Holanda.

<b>Humboldt</b>	Projeto conjunto de pesquisa	O Programa <i>Bolsas para Pesquisa Capes/Humboldt</i> é uma iniciativa da Capes em cooperação com a Fundação Alexander von Humboldt (AvH), da Alemanha, com o objetivo de conceder bolsas para pesquisadores altamente qualificados, que possuam vínculo empregatício ou não, em Instituições de Ensino ou Pesquisa do Brasil em todas as áreas do conhecimento. A parceria visa à internacionalização de forma mais consistente, o aprimoramento da produção e qualificação científicas e o desenvolvimento de métodos e teorias em conjunto com pesquisadores, de reconhecido mérito científico, alemães ou estrangeiros residentes na Alemanha.
<b>Branetec</b>	Parceria Universitária	O Programa visa criar e consolidar a cooperação bilateral entre Brasil e Holanda, por meio de parcerias universitárias com apoio a projetos conjuntos de pesquisa, favorecendo o intercâmbio de estudantes de graduação e as iniciativas sobre a assemelhação de estrutura, conteúdos curriculares e metodologias de ensino.
<b>STINT</b> Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education	Projeto conjunto de pesquisa	O Programa, pela seleção de projetos conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos brasileiros e suecos, tem por objetivos: Fortalecer a cooperação entre Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa do Brasil e da Suécia; fomentar a colaboração e o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e suecos; e fomentar a mobilidade de docentes e de estudantes de pós-graduação no nível de doutorado e de pós-doutorado.
<b>Fundo Newton</b>	Projeto conjunto de pesquisa	Programa de pesquisa ecológica de longa duração em ecossistemas brasileiros. São ofertadas bolsas de estudos para iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado para discentes e pesquisadores.

<p><b>SIU</b> Norwegian Center for International Cooperation in Education</p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O Programa desenvolvido por grupos brasileiros e noruegueses tem por objetivos fortalecer a cooperação entre Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa do Brasil e da Noruega; fomentar a colaboração e o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e noruegueses; e fomentar a mobilidade de docentes e de estudantes de pós-graduação no nível de doutorado e de pós-doutorado.</p>
<p><b>WBI</b> Wallonie Bruxelles International</p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O Programa é regido pelo interesse mútuo de Brasil e Bélgica em favorecer a colaboração e o intercâmbio acadêmico e científico. O Wallonie Bruxelles International é o organismo responsável pelas relações internacionais da região belga e tem como um de seus focos de atuação a cooperação internacional na área educacional, com vistas à difusão da sua cultura e ao suporte da inserção internacional de suas instituições de ensino e pesquisa. O programa tem como objetivo apoiar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa brasileiros e belgas nas especialidades de Ciências Biológicas e de Saúde; Agroindústria e Engenharias (especialidades mecânica, transporte, logística aeronáutica e espacial, química, elétrica, materiais e ambiental) química e física.</p>
<p><b>Bragecrim</b></p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O programa é uma iniciativa de Brasil-Alemanha para Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura. Tem o objetivo de apoiar e financiar projetos conjuntos de pesquisa entre grupos de pesquisa brasileiros e alemães na área de tecnologia de manufatura avançada.</p>
<p><b>DGU</b></p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O programa tem como objetivo apoiar o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa, brasileiras e espanholas, por meio da mobilidade de docentes, pesquisadores e discentes de pós-graduação brasileiros e espanhóis, visando à consolidação, expansão e internacionalização das instituições de ensino superior e dos institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento públicos brasileiros. Este apoio se concretiza com a abertura de processo de seleção para projetos conjuntos de pesquisa e para seminários (workshops) em todas as áreas de conhecimento.</p>
<p><b>GTA</b> Programa de Assistente de Ensino de Língua</p>	<p>Cooperação Internacional</p>	<p>O Programa tem como objetivo geral selecionar projetos de Instituições de Ensino Superior brasileiras para o recebimento de assistentes de ensino de língua alemã, visando proporcionar oportunidades de acesso</p>

<p>Alemã para Projetos Institucionais</p>		<p>ao estudo do idioma alemão para a comunidade acadêmica como base estruturante do processo de internacionalização das universidades brasileiras, bem como contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Letras, Língua Alemã, e outros cursos de Letras disponíveis na IES. As instituições interessadas em receber um Assistente de Ensino de Língua Alemã deverão apresentar projetos de caráter institucional, com duração de até quatro anos consecutivos, que contemplem a inserção de um falante nativo, na condição de assistente de ensino, em cursos de bacharelado e licenciatura em Letras, Língua Alemã ou cursos de alemão em NuLis (IsF) ou Centro de Línguas das instituições.</p>
<p><b>NottinghamBirmingham</b> Universidade de Nottingham e Birmingham</p>	<p>Cooperação Científica Internacional</p>	<p>O objetivo do programa é apoiar estudantes a realizar o doutorado pleno nas Universidades de Nottingham e Birmingham, visando à formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a consolidação da cooperação científica entre o Brasil e o Reino Unido.</p>
<p><b>Agropolis</b></p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O programa é fruto de acordo assinado entre a Capes e a Fundação Agrópolis, contando com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sua cobertura temática engloba abordagens interdisciplinares e integradas que incluem o aumento da demanda por produtos e subprodutos de plantas para aplicações alimentares e não alimentares, a interação entre mudança climática e culturas agrícolas, além da prevenção e do gerenciamento de riscos relacionados às culturas.</p>

<b>IISA</b>	Projeto conjunto de pesquisa	Selecionar estudantes de doutorado vinculados a instituições de ensino superior brasileiras para realização de estágio em pesquisa de doutorado (sanduíche) no IISA, proporcionando oportunidades nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente, ciências naturais e análise de energia e recursos de sistemas.
<b>INL</b> Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia	Projeto conjunto de pesquisa	Estimular e apoiar a realização de projetos especiais de pesquisa, que não possam ser realizados exclusivamente no Brasil, permitindo o acesso de instituições de ciência, tecnologia e inovação, pesquisadores, estudantes e empresas brasileiras ao Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), visando ao desenvolvimento de pesquisa na área de Nanotecnologia, utilizando-se da capacidade instalada de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis naquela instituição e demais entidades a ela associadas, estimulando ainda o fomento à formação de recursos humanos altamente qualificados no nível de pós-graduação.
<b>NoPa</b>	Projetos Conjuntos de Pesquisa	O Programa NoPa promove o apoio e a promoção de intercâmbio científico entre grupos de pesquisa brasileiros e alemães e a mobilidade acadêmica entre os dois países.
<b>Weizmann</b>	Projeto Conjunto de pesquisa	O Programa parceria entre a Capes e o <i>Weizmann Institute of Science</i> , foi criado para fortalecer a cooperação técnico-científica entre a República Federativa do Brasil e o Governo de Israel, por meio do intercâmbio de estudantes e docentes. O edital prevê a seleção de projetos nas seguintes áreas do conhecimento: biologia, bioquímica, química, física, matemática e ciência da computação. O programa tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e fomentar a mobilidade de pesquisadores e estudantes de doutorado e pós-doutorado entre o Brasil e Israel.
<b>BRAGFOST</b>	Apoio à participação em evento	O BRAGFOST (Simpósio Brasil-Alemanha em Fronteiras da Ciência e Tecnologia) é um programa que conta com o apoio da Fundação Alexander von Humboldt. O Simpósio visa desenvolver e cultivar novas fronteiras de investigação e aprofundar os conhecimentos internacionais e interdisciplinares. O BRAGFOST é um simpósio binacional que ocorre alternadamente na Alemanha e no Brasil, e reúne 60 jovens cientistas brasileiros e alemães para discutir novas fronteiras de investigação, aprofundar os conhecimentos internacionais e debater, de maneira

		interdisciplinar, desafios do conhecimento.
<b>Wageningen</b> (Desativado)	Cooperação Internacional	O programa Capes-Wageningen, fundamentado no acordo assinado pela Capes -Brasil, a Universidade Wageningen e o Centro de Pesquisa, Países Baixos, caracteriza-se pelo apoio à formação de recursos humanos de alto nível, com foco na área de Ciências Agrícolas, Botânica, Zoologia, Ciências de Alimentos, Ciências Ambientais, Biotecnologia e Ciências Econômicas e Sociais.
<b>GRICES</b>	Projeto conjunto de pesquisa e cooperação científica internacional	Realiza projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica apresentados por instituições de ensino superior e de pesquisa, brasileiras e portuguesas, que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado-sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. Tem como áreas prioritárias ciências sociais e engenharias.
<b>PLI</b> Programa de Licenciaturas Internacionais	Parceria Universitária	Visa selecionar projetos de parceria universitária entre cursos de licenciatura de universidades brasileiras e universidades portuguesas visando à realização de graduação sanduíche para estudantes brasileiros.
<b>Fundação Carolina</b>	Cooperação Científica Internacional	A Fundação promove relações culturais e cooperação educacional e científica entre a Espanha e os países da Comunidade Ibero-americana, e desenvolve as seguintes atividades: Programa de Formação; Programa Internacional de Visitantes; Red Carolina; e Viver na Espanha. Através dos seus programas a Fundação impulsiona a internacionalização das universidades e centros de estudos espanhóis.

**Fonte:** Capes (2018), elaborada pela autora.

Na tabela 4 a seguir são apresentados os programas estabelecidos entre Brasil e América do Norte. As parcerias estabelecidas são distribuídas em equilíbrio entre graduação e pós-graduação, com programas variados para cada segmento. Todas as áreas são contempladas nos programas propostos, oportunizando o desenvolvimento equitativo do conhecimento.

**Tabela 4** - Programas de Internacionalização entre Brasil e América do Norte

<b>NOME DOS PROGRAMAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS</b>
---------------------------	------------------------------------	--------------------------------

<p><b>Fulbright</b></p>	<p>Bolsa individual</p>	<p>O programa é realizado pela Capes em cooperação com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil – Comissão Fulbright. Tem como objetivo incrementar as pesquisas realizadas por doutorandos dopaís nas áreas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais, das Letras e das Artes e estreitar as relações bilaterais entre os dois países.</p>
<p><b>FIPSE</b></p>	<p>Cooperação internacional</p>	<p>O Programa de Consórcios em Educação Superior Brasil- Estados Unidos é fruto do acordo entre a Capes e o Fund for the Improvement of Post Secondary Education (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Seu objetivo é apoiar a inserção dos cursos de graduação das IES brasileiras no cenário internacional, mediante a modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos e o intercâmbio docente/discente. As concessões previstas incluem missões de estudos, missões de trabalho e recursos para custeio do projeto.</p>
<p><b>TAMU</b></p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O Programa visa apoiar o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e fomentar a mobilidade de pesquisadores e de estudantes de doutorado e pós-doutorado, em todas as áreas do conhecimento, visando ao desenvolvimento de núcleos de pesquisa transnacionais entre instituições do Brasil e da Universidade Texas A&amp;M, nos Estados Unidos.</p>
<p><b>MITACS</b> MathematicsofInformation Technology andComplex Systems</p>	<p>Bolsa individual</p>	<p>O Programa Capes-MITACS visa propiciar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e da tecnologia nacional, estimulando estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, inclusive com a expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos. Oferecer oportunidade de estudo a discentes brasileiros em universidades de excelência, bem</p>

		como oferecer a possibilidade de estágio programado de pesquisa ou inovação tecnológica em indústria, centro de pesquisa ou laboratório da própria universidade.
<b>DFATD/</b> DepartmentofForeignAffairs, Trade andDevelopment	Projeto conjunto de pesquisa	O Programa Capes-DFATD promove o apoio e a promoção de intercâmbio científico entre grupos de pesquisa brasileiros e canadenses e a mobilidade acadêmica entre os dois países. O Programa tem por objetivo: fortalecer a cooperação entre Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa do Brasil e do Canadá; fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e canadenses; fomentar a mobilidade de docentes e de estudantes de pós-graduação no nível de doutorado.
<b>NSF</b>	Projeto conjunto de pesquisa	O Programa visa apoiar parcerias por meio de projetos conjuntos de cooperação internacional em iniciação científica, na área de biodiversidade; promover a mobilidade acadêmica de discentes em nível de graduação; aprofundar a cooperação acadêmica entre as IES brasileiras e pesquisadores financiados pela <i>National Science Foundation (NSF)</i> .

<p style="text-align: center;"><b>NIH</b> National Institutes of Health</p>	<p style="text-align: center;">Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>A parceria entre a Capes e NIH, por intermédio da iniciativa denominada Research Career Transition Award, objetiva incentivar a pesquisa científica de excelência na área médica e biomédica e o empenho mútuo na educação e formação da próxima geração de cientistas brasileiros e norte-americanos. O NIH é uma agência vinculada ao Department of Health and Human Services dos Estados Unidos, desempenhando um papel altamente relevante em ações de apoio a descobertas científicas que estimulem o progresso na área de saúde.</p> <p>O Programa Capes/NIH tem seu foco central na mobilidade de estudantes de pós-doutorado sob a perspectiva de proporcionar o acesso de jovens pesquisadores a uma formação científica de alto nível e garantir-lhes as devidas condições para o prosseguimento em uma carreira independente de pesquisa. Além disso, tem como objetivo construir colaborações de longo prazo, assegurar o retorno dos pesquisadores ao Brasil após a formação e estimular a publicação conjunta das descobertas das pesquisas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>SETEC</b></p>	<p style="text-align: center;">Bolsa individual</p>	<p>O Programa SETEC-CAPES/NOVA de Capacitação para Professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica visa propiciar treinamento nas instituições consorciadas ao Northern Virginia Community College - Nova, nos Estados Unidos, com atividades acadêmicas e culturais voltadas para professores em efetivo exercício na Rede Federal, constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e Colégio Pedro II.</p> <p>Valorizar os profissionais que atuam na Rede Federal, fortalecendo o domínio das quatro habilidades linguísticas – compreender, falar, ler e</p>

		escrever em inglês – dos professores de língua inglesa, expondo-os às práticas pedagógicas dos Community Colleges norte-americanos. O programa também tem como objetivo, compartilhar com os professores da Rede Federal experiências do ensino de inglês como segunda língua, propondo atividades que estimulem a participação do aluno em sala de aula, estimular o uso de recursos online e de outras ferramentas na formação continuada de professores na preparação de novas metodologias e materiais para uso em sala de aula, bem como estimular parcerias com professores norte-americanos, com vistas a futuros intercâmbios de professores e de alunos entre os dois países.
<b>PDPI</b> Desenvolvimento profissional para professores de inglês nos EUA	Bolsa Individual	O Programa oferece até 479 bolsas para curso intensivo de seis semanas em uma universidade nos EUA. São três modalidades de curso: Desenvolvimento de metodologias (TOEFL ITP 550 ou superior); Aprimoramento em inglês – Intermediário II (TOEFL ITP entre 500 e 549); Aprimoramento em inglês – Intermediário I (TOEFL ITP entre 450 e 499).

**Fonte:** Capes (2018), elaborada pela autora.

Os programas estabelecidos entre a os países da América do Sul são direcionados para pesquisadores e docentes da pós-graduação, demonstrando a necessidade do continente em potencializar o desenvolvimento desse segmento com formação de alto nível através de pesquisas em conjunto.

Os programas voltados para a graduação caracterizam-se por internacionalização solidária, na medida em que concedem, por exemplo, bolsas de estudos para estudantes haitianos, com o intuito de fortalecer e recompor o Sistema de Educação Superior país.

Na América do Sul merecem destaque dois programas que já estão bem consolidados e incrementam a internacionalização da graduação no Brasil, são eles: o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) que foi desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do Mercosul, a fim de alcançar a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e

acreditação, e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países. Participam do programa cursos de graduação avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL) pertencentes a instituições dos quatro países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e dos países associados, Bolívia e Chile.

O outro se refere ao Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G) estimula a formação superior de estudantes provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Voltado para estudantes de graduação, o PEC-G também estimula a internacionalização ativa. Já o Programa Estudante - Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) concede bolsas de doutorado pleno em IES brasileiras a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados de países em desenvolvimento. A tabela a seguir oferece indicadores que permitem ampliar a compreensão do referido enfoque.

**Tabela 5** - Programas de Internacionalização entre Brasil e África, Brasil e América do Sul e demais países

<b>NOME DOS PROGRAMAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS</b>
<b>Mincyt</b>	Projeto conjunto de pesquisa ou seleção de grupos associados compostos por até três IES de cada país	Seleção de projetos conjuntos de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento, que proporcionem o fomento ao intercâmbio de estudantes de pós-graduação e o aperfeiçoamento de docentes e de pesquisadores e a cooperação binacional.
<b>MES</b>	Projeto conjunto de pesquisa	Estimular o intercâmbio de docentes e pesquisadores, brasileiros e cubanos, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), e promover a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e em Cuba, nas diversas áreas do conhecimento.
<b>Udelar</b>	Projeto conjunto de pesquisa	Estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e uruguaios vinculados a Programas de Pós-Graduação de IES, visando à formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e no Uruguai, nas diversas áreas do conhecimento.

<p><b>AULP</b> Pró- Mobilidade Internacional Capes e Associação das Universidades de Língua Portuguesa</p>	<p>Parceria universitária</p>	<p>Seleção de projetos para o Programa Pró-Mobilidade Internacional nas diversas áreas do conhecimento, com vistas a incentivar a mobilidade docente e discente internacional entre os países e as instituições participantes da AULP, contribuindo para a inclusão tecnológica e científica dos países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa.</p>
<p><b>CAFP</b> Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação</p>	<p>Parceria Universitária</p>	<p>O Programa de Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-graduação Brasil/Argentina, fruto da Cooperação Capes/SPU (Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina), estimula a parceria acadêmica entre os dois países nas atividades de formação em pós-graduação, enfatizando o intercâmbio de docentes e alunos. Destina-se às IES argentinas e brasileiras que possuem cursos de pós-graduação recomendados pela Capes e pela Comissão Nacional de Avaliação Universitária (CONEAU), membro do Ministério da Educação da Argentina.</p> <p>O programa tem como objetivo o estímulo ao desenvolvimento de projetos de parcerias universitárias entre pelo menos uma IES brasileira e uma argentina, exclusivamente em nível de pós-graduação, para o fomento ao intercâmbio de estudantes de pós-graduação, docentes, pesquisadores e professores visitantes, em diversas áreas do conhecimento, para o fortalecimento dos cursos de pós-graduação nos dois países.</p>
<p><b>BRICS</b> Universidade em Rede do BRICS</p>	<p>Projeto conjunto de pesquisa</p>	<p>O Programa visa selecionar PPGs reconhecidos e recomendados pela Capes, com nota igual ou superior a seis, inscritos por IES brasileiras como candidatas a participar da Universidade em Rede do BRICS nas áreas prioritárias definidas.</p>
<p><b>CAPG</b> Programa de Centros Associados de Pós-Graduação</p>	<p>Projeto Conjunto de Pesquisa</p>	<p>O Programa prevê o intercâmbio acadêmico entre Instituições de Ensino Superior para a promoção da formação de recursos humanos de alto nível nos dois países, nos termos do Protocolo adicional ao Convênio de Cooperação Educativa entre o Brasil e a Argentina assinado no dia 15 de junho de 2000. O programa deverá associar, por convênio institucional, as atividades dos programas de pós-graduação do Brasil e da Argentina.</p> <p>O programa tem como objetivo o estímulo ao intercâmbio acadêmico de docentes, pesquisadores e estudantes brasileiros e argentinos vinculados a programas de formadores de pós-graduandos em IES do Brasil e Argentina por meio de projetos conjuntos de pesquisa.</p>
		<p>Trata-se de um programa de cooperação regional em ciência e tecnologia em que França,</p>

<b>MATH AmSud</b>	Projetos Conjuntos de Pesquisa	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela participam. O objetivo é implementar projetos conjuntos, a fim de promover e fortalecer a colaboração e a criação de redes de investigação e desenvolvimento no campo da matemática, por meio do intercâmbio de pesquisadores, estudantes de doutorados e de conhecimentos entre os países da América do Sul envolvidos e a França. •
<b>COICciencias</b> (desativado)	Projeto conjunto de pesquisa	Estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e colombianos, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), e promover a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e na Colômbia, nas diversas áreas do conhecimento.
<b>PIFC</b> <b>Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes de Cabo Verde, Moçambique e Angola</b>	Cooperação científica internacional	Programa realizado por meio de uma cooperação entre a Capes e o Ministério das Relações Exteriores, que busca conceder bolsas de iniciação científica em projetos de execução bimestral que possibilitem estudantes de graduação de Cabo Verde, Moçambique e Angola a realizar, gratuitamente no Brasil, atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas de pesquisa mutuamente acordadas, durante o período das férias acadêmicas.
<b>Pro-Haiti</b>	Bolsa individual	O Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti-Graduação é coordenado pela Capes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e foi criado para auxiliar na reconstrução do Haiti, atuando no fortalecimento e na recomposição do Sistema de Educação Superior do país. O programa baseia-se na concessão de bolsas de estudos a estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe em IES brasileiras.
<b>SECyT</b> Secretaria para a Tecnologia, a Ciência e a Inovação Produtiva (SECyT), da Argentina.	Cooperação Científica Internacional	Visa apoiar projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica vinculados a IES do Brasil e da Argentina que promovam a formação em nível de doutorado-sanduíche e pós-doutorado e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. As modalidades atendidas são missões de trabalho e missões de estudos nos dois países.
		O programa visa apoiar projetos de parcerias universitárias, em nível de graduação, de instituições participantes do programa MARCA,

<b>MARCA</b>	Parceria Universitária	devidamente reconhecidas pelos respectivos sistemas educacionais. Serão consideradas aptas a envio de propostas somente IES com atividades de ensino, pesquisa e extensão, de países que integram o Mercosul e associados, acreditadas no Arcosul e participantes do programa MARCA.
<b>PEC-G</b> Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	Cooperação Científica Internacional	O Programa oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e, preferencialmente, até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.
<b>PAEC</b> Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação	Cooperação Científica Internacional	O Programa constitui uma das mais importantes iniciativas de cooperação regional no âmbito educacional para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe e tem como principal objetivo contribuir para a integração e o fortalecimento regional das Américas, por meio da concessão de bolsas de estudos integrais para cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado e Doutorado), oferecidas pelas Universidades Brasileiras associadas ao GCUB a estudantes oriundos dos 34 países-membros da OEA, exceto o Brasil.
<b>PDV</b> Programa Internacional Despertando Vocações	Cooperação Internacional	O PDV surgiu de uma experiência exitosa da qual o IFPE fez parte, a convite da Universidad de Mendoza em 2012, que tinha como objetivo realizar um trabalho de estímulo aos estudantes secundaristas de Argentina, Colômbia e Brasil pelas carreiras ligadas às engenharias. Atualmente, o Programa visa desenvolver ações que auxiliem no despertar do interesse para os cursos de Licenciatura, através da articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão e da troca de saberes entre a Academia e a Escola Básica, tendo como foco a formação do professor e as tecnologias educacionais, utilizando-se do formato de rede de Cooperação.
<b>JSPS</b> Sociedade Japonesa para Promoção da Ciência	Projeto conjunto de pesquisa	O programa Capes-JSPS apoia projetos conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos de pesquisadores brasileiros e japoneses vinculados a Instituições de Ensino Superior ou a Institutos de Pesquisa de ambos os países. O programa é resultado da parceria entre a Capes e a Japan Society for the Promotion of Science (JSPS).

Fonte: Capes (2018), elaborada pela autora.

Na tabela 6 consta os programas que possuem acordos com diversos países, por tanto possuem características diversas, beneficiando discentes, docentes e pesquisadores.

**Tabela 6** - Programas de Internacionalização que não determinam o país de destino

<b>NOME DOS PROGRAMAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS</b>
<b>Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento</b>	Projeto Conjunto de Pesquisa	O Programa Abdias Nascimento destina-se à estruturação, ao fortalecimento e à internacionalização dos Programas de Pesquisa e de Pós-Graduação por meio da mobilidade docente e discente internacional. Trata-se de uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Incrementar o intercâmbio acadêmico entre IES no Brasil e no exterior, de modo a proporcionar a realização de atividades conjuntas de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação com parceiros estrangeiros, especialmente na área de tecnologia assistiva (TA), bem como atender, preferencialmente, a candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, conforme dispõe a Portaria do MEC Nº 1.129, de 17 de novembro de 2013.
<b>IsF</b> Idioma sem Fronteiras	Cooperação Internacional	O principal objetivo é promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do ensino superior brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras.
<b>PDPP</b> Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores	Bolsa individual	Visa selecionar bolsistas supervisores integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e alunos do Plano Nacional de Formação de Professores - Parfor para participarem de cursos de desenvolvimento profissional nas universidades portuguesas de Aveiro e do Porto, nas áreas de Pedagogia, Física, Química, Matemática e Língua Portuguesa.
<b>PACCSS</b>	Apoio à participação em evento	Apoio à participação discente em eventos no exterior.

<p><b>PDJ</b> Pós-Doutorado Júnior</p>	<p>Projeto Conjunto de Pesquisa</p>	<p>Possibilitar, no país, a consolidação e atualização dos conhecimentos ou o eventual redirecionamento da linha de pesquisa do candidato. Isto será feito por meio de estágio e desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecida excelência na área de especialização do candidato.</p>
<p><b>PNPD</b> Programa Nacional de Pós Doutorado/Capes</p>	<p>Projeto Conjunto de Pesquisa</p>	<p>Trata-se de um programa de concessão institucional que financia estágios pós-doutorais em Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> acadêmicos recomendados pela Capes. Tem como objetivo: promover a realização de estudos de alto nível; reforçar os grupos de pesquisa nacionais; renovar os quadros dos Programas de Pós-Graduação nas instituições de ensino superior e de pesquisa; promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Programas de Pós-Graduação no país.</p>
<p><b>IODP</b> Programa Internacional de Descobrimto do Oceano</p>	<p>Cooperação Científica Internacional</p>	<p>O Programa tem como objetivo: apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> acadêmicos e pós-doutorado para atuarem nas áreas do Plano Científico IODP 2013-2023; promover o intercâmbio de conhecimentos na comunidade científica brasileira, estimulando o estabelecimento de parcerias (redes de pesquisa e/ou consórcios interinstitucionais) entre IES, entre outras instituições capacitadas a desenvolver estudos acadêmicos; apoiar os PPG brasileiros na área de ciências do mar, com vistas à implantação de novos PPG em tecnologias marinhas no Brasil; ampliar a comunidade científica brasileira especializada nas áreas temáticas do Plano Científico IODP 2013-2023; induzir a pesquisa oceânica brasileira em mar profundo; facilitar a cooperação entre a comunidade científica brasileira especializada e a rede internacional de pesquisa em mar profundo;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. garantir representação efetiva do Brasil no Painéis Consultivos do JOIDES <i>Resolution</i> com respeito à programação das ações de pesquisas em mar profundo; propor e facilitar as operações de Sítios de perfuração no Brasil e áreas próximas.</li> </ol>

Fonte: Capes (2018), elaborada pela autora.

Os dados apresentados permitem constatar que o Brasil dispõe de muitos acordos e cooperações científicas internacionais com países de todos os continentes, envolvendo diversas áreas acadêmicas, mas o aproveitamento por parte das IES brasileiras não é significativo. A Capes constatou, no seu levantamento sobre a Internacionalização, que 24% das instituições de ensino superior brasileiras não usufruem de nenhum programa da Capes, apesar de todas serem contempladas com bolsas de doutorado sanduíche.

É necessário o desenvolvimento de estratégias para aumentar o acesso às informações referentes aos programas e bolsas de estudos oferecidos pelas agências de fomento do governo federal. Essa divulgação deve ser incentivada pelas agências, pelas IES e pelos professores, pois com essas articulações a internacionalização na educação superior se estrutura de forma sólida e produtiva.

Como referência de uma significativa estratégia de publicização, situa-se o Programa Ciências sem Fronteiras, que envolveu a grande mídia, mobilizou as IES de todo o país e atraiu milhares de estudantes de graduação e pós-graduação de IES públicas e privadas para a prática de mobilidade acadêmica. Logo, tornou-se o maior programa de internacionalização da educação superior já desenvolvido no país.

### 2.3.1 O Programa Ciências sem Fronteiras – CsF

Foi reconhecida, no Brasil, a importância da internacionalização da educação superior para o avanço da ciência e tecnologia, obtenção de mão de obra mais qualificada e acentuar a competitividade brasileira; assim, o governo, da época apostou no intercâmbio e na mobilidade internacional, buscando formação de alto nível. Com essa perspectiva, investiu em uma política que capacitaria estudantes brasileiros em universidades estrangeiras de vários países, beneficiados com bolsas de estudos. Tal programa foi implantado e denominado Ciências sem Fronteiras, pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, aprovado pela presidente da República da época, Dilma Rousseff:

Art.1º Fica instituído o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e

pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011a).

O art. 2º do decreto apresenta os objetivos específicos do Programa:

I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;

II – ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

III – criar oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional;

IV – promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente;

V – promover a cooperação internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;

VI – contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros;

VII – propiciar maior visibilidade internacional a pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;

VIII – contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras; e

IX – estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação (BRASIL, 2011a).

O CsF foi o primeiro a ofertar vagas em grande escala para graduação, proporcionando aos beneficiados elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de notável competência nas áreas de conhecimento definidas como prioritárias. Essa política demonstra ter valorizado os processos ativos e passivos de internacionalização.

Alunos de todo o país, que se enquadravam nos requisitos necessários, tiveram a oportunidade de participar, tornando a internacionalização da educação superior acessível para estudantes de universidades públicas e privadas,

apresentando assim afinidade com os valores que caracterizam um processo democrático.

No entanto, decisões foram tomadas acerca do futuro do Programa, sem o levantamento de informações a partir dos beneficiados, e sem concretas avaliações do impacto dos resultados alcançados em médio e longo prazo, apenas considerando os elevados custos para administrá-lo. Nesse sentido, em julho de 2016 o MEC determinou a exclusão de bolsas de estudo para o exterior aos estudantes de graduação, gerando uma diminuição de 99% da mobilidade acadêmica internacional na graduação, como constatou o jornal O Estado de São Paulo, de 20 de novembro de 2017.

A decisão reforça a segregação na educação superior, pois a mobilidade acadêmica internacional na graduação volta a ser oportunidade para a classe com maior poder aquisitivo.

Vale ressaltar que as bolsas para a pós-graduação permanecem, todavia, em menor escala. Mesmo com a diminuição significativa de investimento, o CsF foi o Programa brasileiro que recebeu maior investimento em educação no exterior para estudantes de pós-graduação e, principalmente, para estudantes de graduação. O custo foi estimado na ordem de R\$ 10 bilhões. Investimento que deve retornar ao Brasil por meio dos conhecimentos científicos adquiridos e aplicados pelos estudantes beneficiados.

O CsF propôs a oferta de até 101 mil bolsas de estudos em quatro anos, para estudantes de graduação e pós-graduação em IES de todo o mundo, com o intuito de proporcionar acesso a sistemas educacionais voltados à tecnologia e à inovação. Além de atrair pesquisadores de outros países ao Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros para desenvolvimento de estudos nas áreas prioritárias do Programa. A proposta foi ofertar 75 mil bolsas financiadas pelo governo, e 26 mil seriam de responsabilidade de empresas privadas.

Os convocados para o gerenciamento do Programa foram a Capes e o CNPq, que ficaram responsáveis por captar estudantes das áreas de saúde, ciências exatas e biológicas, engenharia e demais áreas tecnológicas, conforme a Portaria Interministerial nº 1, de 09 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2011a).

É importante pontuar que as ciências humanas e sociais não foram contempladas com o CsF, uma exclusão que compromete o desenvolvimento dos estudiosos brasileiros que lidam com o ser humano, seus comportamentos e

relações, limitando a visão de mundo e as trocas culturais essenciais para o incremento dessas ciências.

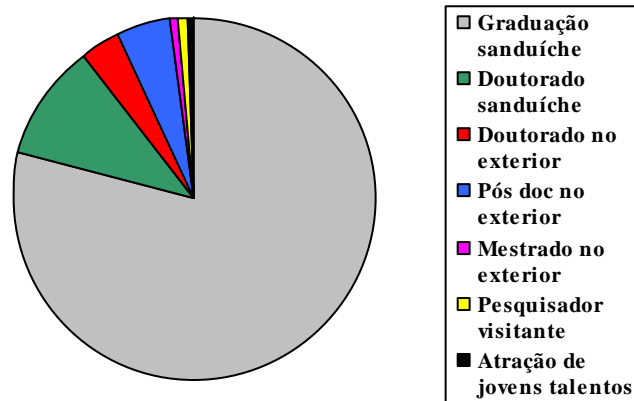
De acordo com as agências responsáveis foram concedidas, entre 2011 e 2014, 101.446 bolsas. Contudo, foram implementadas, conforme dados do site oficial do Programa, em janeiro de 2016, 92.880 bolsas. É necessário compreender a diferença entre as terminologias específicas do Programa, assim: bolsas concedidas são aquelas que já receberam parecer favorável e que foram aceitas pela instituição no exterior, e bolsas implementadas são aquelas nas quais já foi realizado pelo menos um pagamento para o bolsista, mesmo não iniciado o período de sua vigência. Ou seja, parte dos recursos é pago antes da ida do bolsista ao exterior, para permitir a compra das passagens, pagamento do seguro saúde, e outras despesas necessárias à viagem.

Para participar do CsF o estudante de graduação deveria ser brasileiro ou naturalizado, ter atingido no mínimo 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estar matriculado em uma Instituição de Ensino Superior no Brasil, possuir bom desempenho acadêmico e apresentar 20% a 90% do curso superior concluído. Tal estudante escolheria o país de destino, mas seria alocado na Instituição que apresentasse vagas referentes ao seu curso. No período do intercâmbio, a Capes e o CNPq não autorizam a vinda do bolsista ao Brasil, para não haver comprometimento no desenvolvimento das atividades que devem ser cumpridas pelos estudantes.

São concedidos auxílios a todos os bolsistas, para deslocamento e instalação, bem como seguro de saúde. Os bolsistas de graduação sanduíche também receberam auxílio para material didático.

Os valores alcançados são expressivos: 73.353 bolsas foram destinadas à graduação sanduíche no exterior, 9.685 bolsas foram destinadas a doutorado sanduíche, 3.353 bolsas a doutorado no exterior, 4.652 bolsas a pós-doutorado no exterior, 558 bolsas a mestrado no exterior, 775 bolsas a pesquisador visitante especial e 504 bolsas a atração de jovens talentos, conforme se pode visualizar no gráfico 7 a seguir.

**Gráfico 8** - Modalidades de Bolsas Implementadas pelo Programa Ciências sem Fronteiras



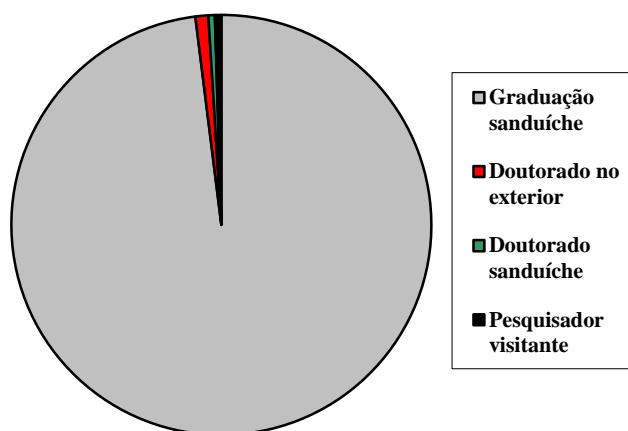
Fonte: CsF (2016), elaborado pela autora.

#### 2.4.1.1 O Piauí no Programa Ciências sem Fronteiras

O Piauí será o estado referencia para análise do Programa CsF na presente pesquisa, pelo fato da pesquisadora desenvolver suas atividades profissionais e, em especial realizar pesquisas no lócus. A experiência deu condições para ilustrar análises pertinentes em relação a esta unidade da federação e ampliar conhecimento na determinada temática.

O Estado do Piauí implementou 606 bolsas no Programa, destas, 594 foram em graduação sanduíche no exterior, 06 bolsas para doutorado no exterior, 03 bolsas para doutorado sanduíche e 03 bolsas para pesquisador visitante especial, segundo dados expostos no gráfico 8 a seguir.

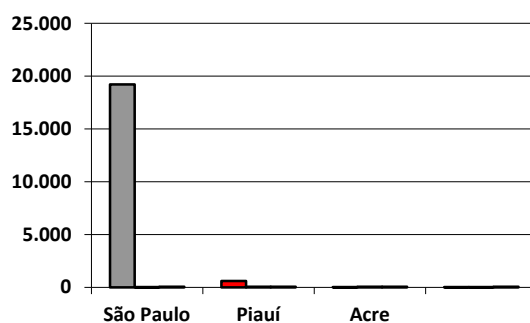
**Gráfico 9** - Modalidades de Bolsas Implementadas pelo Programa Ciências sem Fronteiras no Piauí



**Fonte:** CsF (2016), elaborado pela autora.

O Piauí foi o Estado do Nordeste que menos implementou bolsas no CsF. Nacionalmente, ocupa a 22ª colocação em implementação de bolsas, estando à frente apenas de sete Estados. Para uma noção mais clara da pouca expressividade da participação de estudantes oriundos do Piauí, basta visualizar a demanda de algumas universidades federais do país, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que implementou 643 bolsas, praticamente a quantidade de bolsas implementadas por todo o Estado do Piauí. São Paulo implementou cerca de 30 vezes mais bolsas que o Piauí, sendo o Estado que mais encaminhou estudantes para o exterior através do Programa, totalizando 19.232 bolsas. O Acre foi o Estado com menor índice de implementação, atingindo apenas 11 bolsas durante todo o período do CSF, vide gráfico 9.

**Gráfico 10** - Quantitativo de Bolsas Implementadas pelos Estados



**Fonte:** CsF (2016), elaborado pela autora.

Considerando as áreas de conhecimento, a Engenharia e as demais áreas tecnológicas tiveram a maior demanda de bolsas para estudantes de IES oriundas do Piauí, perfazendo uma quantidade de 223 bolsas implementadas. Já as áreas de biodiversidade e formação de tecnólogo encaminharam apenas um estudante, cada.

No Estado do Piauí, dez IES encaminharam seus alunos para Universidades no Exterior, através do Programa, sendo três Instituições Públicas e seis Instituições Privadas; quatro bolsas não informaram as Instituições de origem. A Universidade Federal do Piauí (UFPI) implementou mais da metade do total de bolsas em todo o Estado (440 bolsas), sendo a IES pública que atingiu o maior número de bolsas. A IES privada com mais bolsas implementadas foi o Instituto Camilo Filho (ICF), com 30 bolsas durante todo o Programa.

Com relação aos países que receberam estudantes do Piauí, os Estados Unidos (EUA) foi o que mais recebeu estudantes encaminhados por IES piauienses; em segundo lugar, o Canadá; e em terceiro, a Espanha. A propósito, os EUA foi o país que mais recebeu estudantes brasileiros pelo Programa. Outro fator no qual o Piauí seguiu a tendência dos outros Estados brasileiros foi com relação ao gênero dos participantes, a maioria dos estudantes encaminhados para o exterior declararam-se como sendo do gênero masculino. No Piauí, dos 606 estudantes que participaram do Programa, 367 eram do gênero masculino.

Apesar de ser um Programa inovador e com propostas construtivas, apresentou, desde a sua implantação, fragilidades no gerenciamento e na condução. Soares (2014) ressalta os pontos mais relevantes que expressam essas fragilidades:

O *feedback* do aluno que volta do intercâmbio é o simples preenchimento de um relatório, que geralmente não retorna para o aluno;

O programa prioriza áreas restritas, geralmente associadas às áreas Tecnológicas, de Engenharia e de Saúde;

O número de técnicos especializados para realizar a orientação com qualidade dos alunos enquanto estão no exterior é preocupante;

Não existe um acompanhamento em tempo real para saber se o aluno frequenta ou não as disciplinas propostas;

Estudantes reclamam que há um atraso no recebimento das bolsas, dificultando as condições de vida;

A comunicação com o CNPq (órgão responsável pelo CsF) é complicada;

Os objetivos do programa permanecem vagos e desconexos com a realidade brasileira;

Muitos estudantes vão para o exterior sem o conhecimento suficiente da língua do país de destino, dificultando, assim, o aprendizado que,

por sua vez, é o principal objetivo do programa (SOARES, 2014, p. 20).

Todos esses pontos apresentados explanam a necessidade de avaliações integrais, contemplando dados quantitativos e qualitativos, ao médio e longo prazos, para aperfeiçoar o processo e incrementar a internacionalização da educação superior no país.

Entretanto, não é possível mensurar todos os objetivos alcançados, tendo em vista o cancelamento das bolsas para estudantes de graduação pelo governo federal, antes que houvesse o acompanhamento dos resultados produzidos pelos estudantes beneficiados, visando analisar os avanços e as conquistas para a educação, para a economia e para o desenvolvimento tecnológico do país.

Resultados de investimentos em educação, de modo geral, são observados ao longo prazo, o que indica que há expectativa de que os investimentos no CsF devem retornar ao Brasil compondo conhecimentos científicos adquiridos e aplicados pelos estudantes e pesquisadores beneficiados.

### **3 CENÁRIO ATUAL DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: desafios, potencialidades e horizontes**

A internacionalização tem se estruturado em meio a muitos desafios e tensões, caracterizando-se segundo as diferenças socioculturais e educacionais de cada país, considerando-se, em particular, as singularidades das Instituições de Ensino Superior. Constata-se, também, que a forma de implementação das políticas que norteiam a internacionalização é tão discutível, que produções acadêmicas reconhecidas explicitam a compreensão e a concepção da internacionalização da educação superior, ressaltando questionamentos e dilemas referentes ao processo.

Jane Knight, professora do Instituto de Estudos em Educação da Universidade de Ontário, no Canadá, autora de inúmeras pesquisas sobre internacionalização da educação superior, apresenta reflexões pertinentes à problemática, enunciadas em seu livro “Educação Superior na América Latina: a dimensão internacional”, o qual foi recentemente editado. Destacamos, dessa produção, um recorte das reflexões de caráter interrogativo:

Qual o propósito da internacionalização? Quais valores a sustentam? Quem são os autores principais, as partes interessadas e os beneficiários? Quais são as consequências positivas, os resultados não intencionais e as implicações negativas? A internacionalização é uma moda passageira? Como estão respondendo as instituições ao interesse competitivo dentro do campo da internacionalização? Quais são as consequências das políticas e do financiamento ao dar mais importância à internacionalização tanto a nível nacional como institucional? Como estão as organizações governamentais e ONGs atendendo o problema e avançando? A internacionalização é uma resposta ou impulso da globalização? A internacionalização desempenha um papel na fuga de cérebros, na homogeneização/hibridização da cultura, e na mobilidade internacional de trabalhadores? Que papel desempenha as instituições, as agências nacionais de garantia de qualidade e acreditação na supervisão de programas que entram e saem? Há necessidade de que mecanismos regionais ou internacionais aumentem esforços nacionais/institucionais para monitorar o fornecimento transnacional? O surgimento de novas companhias com fins lucrativos no setor privado traz novos atores ao mundo da internacionalização. Como colaborarão, competirão, complementarão e mudarão o trabalho do público tradicional e instituições privadas estes novos provedores? Como a internacionalização aborda a interseção do internacional e intercultural? É um veículo para maior compreensão e apreciação da diversidade cultural ou é um agente

de homogeneização cultural? Como contribuem os currículos, o processo de ensino-aprendizagem, a investigação, as atividades extracurriculares e a mobilidade acadêmica ao entendimento intercultural e a hibridização/homogeneização? [...] (KNIGHT, 2014, p. 2, traduzido pela autora).

Diante da extensão e complexidade dos questionamentos, observa-se que o tema da internacionalização da educação superior ainda requer profundas pesquisas e estudos para que tal conceito possa ser devidamente delimitado e estruturado no contexto acadêmico, além dos setores governamentais e institucionais. Nessa lógica, analisar o “estado da arte” da internacionalização frente aos obstáculos presentes e considerando as potencialidades de superação, em relação aos horizontes que se almeja alcançar, é primordial para a evolução e a construção de conhecimentos em relação à temática.

A internacionalização constitui-se em uma dimensão do campo educacional que carece de avaliação mais ampla e precisa quanto a sua implementação nas práticas acadêmicas das IES. A delimitação de estratégias pelas universidades, para promover ações de internacionalização, visando melhorar seus planos de desenvolvimento institucional quanto a atender critérios de qualidade do processo de formação acadêmica, é essencial para o desenvolvimento efetivo deste processo (SOUSA, 2017).

### **3.1 Cenário Atual da Internacionalização nas Universidades Brasileiras: Desafios e Potencialidades**

Em sintonia com as reflexões acima realizadas, a Capes publicou, em 2017, os resultados do questionário aplicado nas IES a fim de compreender o cenário da internacionalização nas universidades brasileiras. O estudo revela o atual panorama dessa prática na educação superior do país, e as metas para um período de quatro anos. As análises retratam a realidade da internacionalização das instituições brasileiras após o Programa CsF e suas representações sobre o assunto, além de expor seus objetivos e prioridades, permitindo visualizar seu alinhamento com os propósitos e o planejamento de novos programas de internacionalização previstos.

O trabalho realizado pela Capes é de fundamental importância, pois permite verificar o status do processo de internacionalização, principalmente após o grande incentivo concedido por meio do Programa CsF, através do qual instituições de todo

o país foram contempladas nas diversas áreas do conhecimento, com diferentes modalidades de bolsa. Este é o posicionamento é assumido pela instituição:

A internacionalização das Universidades Brasileiras é um processo necessário para que se permita que a educação superior se torne responsiva aos desafios de uma sociedade globalizada, mas deve ser entendida como um meio e, não, um fim em si mesmo (CAPES, 2017, p. 44).

O reconhecimento do valor da internacionalização da educação impõe desdobramentos processuais, como a configuração de políticas, quando se estabelece alianças estratégicas; acordos econômicos, por meio de trocas comerciais e formação de renda; parcerias universitárias com reforços diversos para as instituições educacionais; e ações socioculturais, mediante compreensão mútua e desenvolvimento de ordem social e cultural (KNIGHT, 2005).

Dada à amplitude do objeto de estudos da referida pesquisa, a Capes apresentou também, como parte de seus resultados, a existência de dois grupos distintos de IES no Brasil, em termos de internacionalização, considerando indicadores que variam conforme especificação a seguir.

O grupo denominado “Agrupamento 1” contém o maior número de instituições, porém, o menor número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) por IES, e os menores índices de internacionalização, o que implica em uma condição de qualidade inferior, dada a situação definida por itens como: menor número de bolsas implementadas, bem como de acordos e projetos.

O “Agrupamento 2” apresentou, nos últimos anos, melhor oferta de oportunidades de fomento, refletindo em um maior número de bolsas implementadas, de acordos de cooperação internacional e de projetos. No entanto, é válido ressaltar que esse grupo também possui a maior quantidade de PPGs, obtendo mais opções para execução de projetos de internacionalização.

Em ambos os agrupamentos é possível observar os programas de internacionalização direcionados à pós-graduação, deixando a graduação à margem desse processo.

Dando seguimento à pesquisa, as IES foram questionadas quanto ao nível de internacionalização em que se encontram e, para isso, deveriam descrever sua atual situação, baseada em três alternativas: pouco internacionalizada, medianamente internacionalizada e altamente internacionalizada. A focalização

dessa dimensão referente ao grau de envolvimento das IES com a internacionalização justifica-se pelo reconhecimento do seu significado potencializador de inovações das suas funções básicas.

Nesse cenário, a maior parte das IES se considerou pouco ou medianamente internacionalizada (70,3%) quanto às instituições que se declararam como sendo altamente internacionalizadas, essas são apenas oito. Entre as instituições que se descreveram como pouco e medianamente internacionalizadas, 52,5% não possuem plano de internacionalização integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e, ainda, 65% das IES requisitam consultoria para construir o plano de internacionalização.

O levantamento reforçou a forte tendência nacional à internacionalização passiva, com baixas taxas de atração de profissionais de origem estrangeira. Porém, observou-se, como uma das prioridades, o interesse das IES em atrair professores visitantes estrangeiros para suas instituições, incrementando o processo de internacionalização ativa.

O relatório da Capes apresenta também argumentos relevantes quanto à forma como o conhecimento adquirido nos intercâmbios fora do país é valorizado e aproveitado internamente. Nota-se que essa possibilidade é inexpressiva, na medida em que apenas parte do “Agrupamento 2” afirma incluir os profissionais que foram qualificados no exterior em seus PPGs, o que permitiria a disseminação do conhecimento obtido de forma pró-ativa no meio acadêmico.

Ao tratar da modalidade ideal de fomento para a internacionalização atualmente, os dados apontaram que o maior número de bolsas individuais implementadas foi a de doutorado sanduíche no exterior (35,7%). Entretanto, quando indagados sobre qual seria a modalidade ideal de fomento em um futuro programa, o pós-doutorado para docentes aparece como prioridade, o que indica uma maior valorização do corpo docente, realização de pesquisas em conjunto e publicação em revistas internacionais. Nessa perspectiva, a Capes evidencia que:

Um quinto dos trabalhos científicos produzidos no mundo ocorre com coautorias internacionais, o que reflete que pesquisadores no mundo todo estão colaborando cada vez mais para produção de conhecimento e inovação. O fator de impacto das publicações com um determinado colaborador é um índice dinâmico que sofrerá alterações ao longo dos anos. De maneira geral, o fator de impacto de publicações brasileiras aumenta significativamente quando combinado com instituições estrangeiras (CAPES, 2017, p. 22).

Apesar de todas as instituições do país receberem bolsa para doutorado sanduíche no exterior, cerca de 24% afirmou que não participa de nenhum programa da Capes. O CsF foi o segundo programa mais citado (22%). A modalidade em menor frequência de citação (aproximadamente 1%) foi a de bolsas MTUR (Ministério do Turismo), que consiste em um tipo de fomento voltado à realização de estudos de graduação sanduíche de três meses no exterior (para estudantes de turismo). O programa da Capes de bolsa individual no exterior menos citado é o doutorado pleno, com cerca de 2% de menções; já o programa Capes/Cofecub, acordo bilateral entre Brasil e França, foi um dos mais citados (16,5%).

Quanto ao Programa CsF, o maior número de bolsas individuais ficou com a graduação, seguido pelo doutorado sanduíche. Na pesquisa, evidenciou-se que a graduação não faz parte das prioridades de fomento em um programa de internacionalização para as IES, uma vez que suas prioridades se reportam a: intercâmbio de docentes, doutorado sanduíche e professores visitantes do exterior.

As IES apresentaram acordos com diferentes países em todo o mundo, sendo os países da América do Norte e da Europa os mais procurados para efetivação das atividades de internacionalização. Admite-se que essa realidade é reflexo dos processos hegemônicos que resultam no distanciamento de países da América Latina, cujas características socioculturais apresentam maior afinidade com a sociedade brasileira. Fundamenta essa interpretação o entendimento de que “as formas clássicas de dominação entre países ganham, hoje, uma nova fisionomia, na qual a autonomia e o poder de negociação são variáveis estreitamente associadas às condições de detenção, acesso e circulação do conhecimento” (GAZZOLA; FENATI, 2010).

Retomando a forma de agrupamento anteriormente explicitada, que caracteriza os “Agrupamentos 1 e 2”, representando os dois grupos distintos de IES no Brasil, em termos de internacionalização, a pesquisa apresenta dados reveladores da realidade da internacionalização nas IES, bem como a média dos indicadores em relação a diferentes categorias que caracterizam as instituições, o que permite ampliar o cenário em foco, incluindo projeções, como representado na Tabela 7

**Tabela 7** - Média dos indicadores de internacionalização apontados pelas instituições no ano de 2016 e a média da meta para 2020, divididas de acordo com os agrupamentos

	Agrupamento 1		Agrupamento 2	
	2016	2020	2016	2020
<b>Nº de Prof. visitantes e Pós-doutores estrangeiros</b>	2,90	9,70	60,00	139,60
<b>% Prof. do quadro permanente que são estrangeiros</b>	2,41	5,45	3,66	8,60
<b>Nº de projetos de cooperação internacional</b>	14,4	26,70	143,50	256,00
<b>Nº de artigos publicados em revistas com JCR</b>	93,80	188,00	960,00	1808,70
<b>Nº de artigos publicados com coautoria estrangeira</b>	25,01	70,88	428,20	692,83
<b>% aulas ministradas em outro idioma</b>	2,41	9,80	3,23	11,61
<b>% alunos estrangeiros matriculados regularmente na IES</b>	3,59	6,70	2,72	6,38
<b>% alunos estrangeiros regulares na pós-graduação</b>	2,30	7,91	3,38	7,90
<b>% alunos estrangeiros temporários na pós-graduação</b>	1,00	7,36	5,83	18,64
<b>Nº de alunos que obtiveram dupla titulação/cotutela com uma</b>	1,00	8,20	15,80	103,00

<b>instituição estrangeira</b>				
<b>Nº de alunos de pós-graduação em disciplinas lecionadas em idiomas estrangeiros</b>	15,00	58,50	313,00	674,30
<b>Nº de alunos de pós-graduação que possuam fluência em língua estrangeira</b>	53,10	116,5	1567,60	2214,00
<b>Nº de alunos brasileiros em doutorado sanduíche</b>	2,30	11,70	90,30	241,90
<b>% corpo técnico com fluência em outros idiomas</b>	16,14	34,45	8,13	28,72

Fonte: Capes (2017).

Os indicadores inseridos na referida Tabela, os números de publicações com coautoria estrangeira, os números de publicações em revistas indexadas no *Journal of Citation Reports* (JCR) e, ainda, os números de convênios e acordos com países estrangeiros, apontam valores altos em ambos os agrupamentos, porém, o “Agrupamento 2” aparece com valores maiores que o “Agrupamento 1”.

Considerando esses indicadores verdadeiros, esse resultado demonstra que a internacionalização da IES brasileira é incipiente quando se trata de parâmetros internos do campus, independentemente do agrupamento. O nível de internacionalização das IES do agrupamento 1 é muito baixo, e mesmo a projeção para o ano de 2020 de quase dobrar ou triplicar esses indicadores, os números continuam bem abaixo dos números atuais do agrupamento 2, para aqueles índices relacionados a mobilidade passiva, convênios e publicações (CAPES, 2017, p. 19).

Já se verificarmos outros indicadores como: percentual do corpo técnico com fluência em outros idiomas, percentual de aulas ministradas em outro idioma, número de alunos da pós-graduação participando de disciplinas lecionadas em

línguas estrangeiras e o percentual de alunos estrangeiros matriculados na pós-graduação, as médias são modestas, e para alguns indicadores a diferença entre os agrupamentos é insignificante.

Outro fator extremamente relevante no processo de internacionalização das IES é a forma de absorção das experiências acadêmicas internacionais dos docentes e discentes. O documento da Capes também expõe, como resultados diferenciados da investigação, que a política mais utilizada pelo “Agrupamento 1” (25% das IES) é solicitar um relatório; já 10% do “Agrupamento 2” afirmou, na mesma proporção, que solicitam um relatório, a publicação de artigos e livros e a inclusão de discentes e docentes nos PPGs para melhoria dos Programas. Nesse sentido, é destacado pela Capes:

Vale ressaltar, porém, que o relatório é uma exigência de egresso das instituições de fomento, ou seja, para todos os bolsistas e missões de trabalho, relatórios técnico-científicos são exigidos para conclusão do processo junto à agência de fomento e que apenas o relatório não indica real apropriação do conhecimento (CAPES, 2017, p. 31).

Quando questionadas quanto a se tinham ou não condições de receber visitantes estrangeiros, 83,7% das IES disseram que sim; e quando solicitadas a descrever os mecanismos utilizados para a recepção de estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros, 30% das IES do “Agrupamento 1” afirmaram oferecer bolsa, e 30% oferecem acesso ao banco de dados digital, como os Periódicos Capes. O “Agrupamento 2” respondeu diferentemente a essa questão, com 50% das IES oferecendo acesso aos laboratórios; outra grande parte das instituições (41%), oferece auxílio financeiro para instalação e auxílio, via Departamento Internacional da Instituição.

Com relação às formas ou tipo de apoio que deveriam ser idealmente conferidos às instituições para implementação do plano de internacionalização, ambos os agrupamentos responderam da mesma forma, indicando que apoio para formação de docentes e corpo técnico bilíngue é prioritário, seguido do apoio à formação de redes acadêmicas internacionais, acreditando que para haver um processo de internacionalização ideal, é necessário um plano estratégico.

A pesquisa realizada pela Capes apresenta um panorama valioso e constitui-se em parâmetro para o planejamento e a delimitação de estratégias de interesse das IES, que poderão ser contempladas com vultosos financiamentos para

desenvolvimento de projetos de internacionalização. Definir políticas e iniciativas nesse âmbito propicia a construção de políticas de internacionalização para a educação superior e fortalece essa dimensão dos PDIs.

A expressão estratégias de internacionalização se utilizou deliberadamente para ir além da ideia de atividades internacionais. Esse termo faz referência tanto ao programa como às iniciativas organizacionais a nível institucional (KNIGHT, 2005, p. 23).

A riqueza das possibilidades interpretativas, a partir de estudos e investigações, como observado por meio das reflexões com base na pesquisa Capes, é imprescindível para que as IES realizem uma análise interna das políticas acadêmicas de internacionalização que desenvolvem, na perspectiva propositiva, considerando o potencial das atividades que efetivamente realizam (SOUSA, 2017).

### **3.2 Recomendações para a Internacionalização da Educação Superior**

Tendo em vista os aspectos a serem reinterpretados e redimensionados, a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 apresentou um relatório com recomendações para diversos segmentos da pós-graduação brasileira, incluindo orientações para a internacionalização, com o intuito de qualificar as ações voltadas para essa área. Não há propostas consistentes voltadas para a graduação no tocante à internacionalização, no entanto é possível haver apropriação das recomendações do PNPG para o segmento da graduação.

A seguir, expomos as quatorze recomendações apresentadas pela Comissão no Relatório Final apresentado em 2017:

1. Desenvolver políticas que envolvam a ampliação do número de alunos e pesquisadores estrangeiros nos PPGs das universidades brasileiras;

A primeira e mais desafiadora recomendação refere-se ao desenvolvimento da internacionalização ativa, modalidade com pouca expressividade no Brasil, mas fundamental para alavancar o cenário científico no país.

2. Dar continuidade a programas de internacionalização, aprimorando e focando nas IES e induzindo políticas de internacionalização mais abrangentes, institucionais, e não somente

focadas em envio de alunos brasileiros ao exterior ou apenas na continuidade e prolongamento de parcerias individuais de pesquisadores ou pequenos grupos;

3. Prover as condições para maior domínio da língua inglesa por docentes, pesquisadores e alunos nas IES brasileiras e, por decorrência, oportunizar ambientes de ensino, pesquisa e convivência neste idioma;

A pouca vivência com a língua inglesa é outra limitação para o desenvolvimento da internacionalização da educação superior no Brasil, dificultando ações estratégicas nesse processo, como: publicações em revistas internacionais e pesquisas em conjunto.

4. Desenvolver mecanismos que permitam a inserção crescente das IES brasileiras no contexto internacional, por meio de: apoio às parcerias institucionais internacionais estratégicas entre Universidades brasileiras e estrangeiras; suporte institucional para a mobilidade dos programas sanduíche; suporte e articulação institucional para a dupla titulação com Universidades estrangeiras; e, ampliação do número de editais para vinda de pesquisadores estrangeiros;

5. Manter o foco da internacionalização na busca constante da excelência acadêmica;

6. Desenvolver um Plano de Internacionalização, articulado entre as agências e os respectivos Ministérios, que contemple uma Estratégia Nacional de Internacionalização da CT&I e da Educação Superior, através da qual serão definidos aspectos relevantes no atual cenário, tais como: o estímulo às cooperações e redes entre IES nacionais e estrangeiras; a ampliação das duplas titulações internacionais; a identificação de formas de inclusão das áreas de humanidades e sociais aplicadas neste esforço e respectivo apoio no processo de internacionalização; a oferta de disciplinas e de cursos em inglês nas IES brasileira; a integração da relação sul-sul (América Latina e África); a inclusão de ações que atendam as demandas da área de inovação (como a interação universidade-empresa) etc.;

7. Propor políticas para efetiva incorporação, nos setores acadêmicos e produtivos, dos alunos e pesquisadores beneficiados com bolsas no exterior, como, por exemplo, absorção seletiva de alunos e pesquisadores beneficiários de projetos e editais internacionais de formação, cooperação e pesquisa;

A recomendação sete trata, sobretudo, de uma estratégia viável que, se implementada, estimulará mais discentes e pesquisadores a participarem dos programas ofertados pelo governo. Além do reconhecimento do trabalho dos pesquisadores beneficiados, será um retorno ao país do investimento realizado.

8. Estimular programas de modernização curricular da graduação, em consonância e integração com cenários internacionais;

9. Propor políticas para a atração de talentos (jovens pesquisadores e pesquisadores *seniors*), flexibilizando as políticas de contratação nas IES nacionais, em especial nas instituições públicas (concursos) e nos mecanismos de absorção de profissionais em termos trabalhistas, de acordo com a legislação brasileira, envolvendo o Ministério do Trabalho e o Itamarati (por exemplo, visando viabilizar editais de contratação de docentes internacionais);

10. Induzir que as IES desenvolvam Plano de Internacionalização abrangentes e que a solicitação ou habilitação a qualquer tipo de recurso ou apoio para internacionalização (incluindo bolsas para estudantes e pesquisadores, em todas as modalidades e apoio a projetos de pesquisa internacionais) sejam obrigatoriamente vinculadas à existência de um Plano Institucional de Internacionalização, aprovado internamente na respectiva IES.;

As IES devem ser estimuladas a desenvolverem a internacionalização nas suas instituições de forma planejada, com metas e propostas bem definidas, tornando essa prática parte integrante do Plano Institucional.

11. Implantar a sistemática prevista na Resolução 3/2016 do CNE referente à revalidação e reconhecimento de diplomas obtidos no exterior;

A Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016, dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior:

Art. 1º Os diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por instituições estrangeiras de educação superior e pesquisa, legalmente constituídas para esse fim em seus países de origem, poderão ser declarados equivalentes aos concedidos no Brasil e hábeis para os fins previstos em lei, mediante processo de revalidação ou reconhecimento, respectivamente, por instituição de educação superior brasileira, nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. Os processos de revalidação e de reconhecimento devem ser fundamentados em análise relativa ao mérito e às condições acadêmicas do programa efetivamente cursado pelo (a) interessado (a), levando em consideração diferenças existentes entre as formas de funcionamento dos sistemas educacionais, das instituições e dos cursos em países distintos.

O Ministério da Educação disponibiliza uma plataforma informatizada, denominada Carolina Bori, com o objetivo de subsidiar a execução e a gestão dos processos de revalidação e reconhecimento de diplomas.

Essa plataforma reúne IES Públicas e Privadas que, por adesão, oferecem as informações necessárias para que os requerentes (diplomados) solicitem a Revalidação ou o Reconhecimento dos seus diplomas estrangeiros, facilitando a gestão e o controle do fluxo dos processos, além de maior interatividade entre as partes interessadas.

Por meio desse sistema, a IES oferece ao requerente as seguintes orientações: documentação exigida, cursos e programas ofertados, capacidade de atendimento simultâneo e valores das taxas para prestação de serviços. Desse modo, o requerente pode escolher a instituição na qual solicitará a revalidação de diploma para os cursos de graduação e/ou reconhecimento de diploma de Mestrado ou de Doutorado *stricto sensu*.

A plataforma Carolina Bori acaba por constituir um Banco de Dados que oferece aos requerentes a informação a respeito das IES que já revalidaram diplomas de cursos similares aos seus. Abriga, igualmente, um conjunto de Instituições que fazem parte de Acordos Internacionais e cujos cursos devem ser objeto de processos de tramitação simplificada.

Além de facilitar a gestão de processos para os requerentes e as IES, a plataforma reúne informações relevantes para estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior brasileira, contribuindo para se atingir as estratégias 14.9 e 14.10 da meta 14 do Plano Nacional de Educação, conforme explanado no Capítulo 1 desta dissertação.

12. Recomendar que as agências de fomento CAPES e CNPq formulem um plano geopolítico para a pós-graduação brasileira, para ser levado diferenciadamente nos contextos regionais: da América Latina; da África e das demais regiões no mundo, estabelecendo – com o suporte do Ministério de Relações Exteriores – ações de ampla publicização e divulgação internacional em fóruns, reuniões, encontros multilaterais de governos e mídias diversas;

A publicização é um fator-chave para atrair e estimular o potencial público diante do que já é ofertado pelas agências de fomento, aumentando em grande escala a procura pelos serviços e, conseqüentemente, os resultados alcançarão maior destaque. As divulgações também precisam ser disseminadas dentro do

Brasil, a fim de estimular o público interno e fortalecer uma cultura de internacionalização.

13. Com base em diagnóstico prévio, ampliar o apoio, em áreas específicas, aos doutorados plenos no exterior;

14. Considerar que um projeto de internacionalização da pós-graduação brasileira deveria se estruturar em torno dos seguintes objetivos:

14.1. Manter o país atualizado em relação ao progresso científico e tecnológico mundiais - A ciência e a tecnologia são muito dinâmicas, e sempre há novos conhecimentos sendo gerados. Embora atualmente se possa acompanhar com rapidez os avanços do conhecimento por meio das publicações disponíveis *online* (e para isso o Portal da CAPES confere uma vantagem extraordinária), muitas das novas tecnologias, especialmente as mais inovadoras, não podem ser absorvidas simplesmente pela leitura de textos. Além disso, a vivência dos processos de produção e aperfeiçoamento desses conhecimentos confere a capacidade de estar sintonizado com a fronteira do conhecimento. A cooperação internacional e o intercâmbio de pesquisadores são mecanismos valiosos para essa atualização;

14.2. Detectar novos desafios e oportunidades mundiais na área de CT&I - Da mesma forma que ocorre com o avanço do conhecimento, o surgimento de novos desafios e oportunidades de inovações também poderão ser mais difíceis de serem percebidas se o Brasil não tiver uma forte presença internacional. Para isso, também contribui a absorção de uma cultura de inovação de que o país ainda carece. Editais para a capacitação, em nível de pós-doutoramento para gestores de parques tecnológicos e incubadoras de empresas são ferramentas que devem ter continuidade;

14.3. Cotejar a qualidade da produção científica e tecnológica - O confronto da nossa produção científica e tecnológica é feita sempre que se submete um manuscrito para publicação. No entanto, a convivência próxima com os melhores laboratórios internacionais é uma forma oportuna de comparabilidade com os melhores padrões científicos e tecnológicos. O destaque que alguns dos alunos brasileiros têm alcançado nas suas vivências acadêmicas no exterior, mostra que o país dispõe de recursos humanos capazes de enfrentar desafios desta natureza;

14.4. Adquirir capacitação em áreas onde somos carentes - O Brasil tem uma proporção significativamente baixa de pesquisadores em relação à sua população. Dados da UNESCO de 2007 apontam que, naquele ano, eram 657 pesquisadores por milhão de habitantes, abaixo da média mundial, de 1081 pesquisadores, e bem abaixo da média de 3656 pesquisadores por milhão de habitantes dos países desenvolvidos. Embora o sistema de pós-graduação do país venha demonstrando um notável crescimento na sua capacidade de qualificar os jovens, esse esforço, ainda que extraordinário, está

aquém das necessidades. Mesmo nos cenários favoráveis e admitindo a manutenção do crescimento da pós-graduação, somente em duas ou mais décadas o país atingirá a proporção de pesquisadores em relação à população de países industrializados. Recorrer a universidades de excelência no exterior para a formação de nossos jovens pode reduzir o atraso do país. Essa carência é especialmente evidente em áreas tecnológicas, nas engenharias e em ciências básicas experimentais, onde a proporção de titulados na pós-graduação vem decrescendo. Superar essa carência é um objetivo que alcançou enorme dimensão com o programa Ciência sem Fronteiras, mencionado abaixo, e que teve por meta o envio de mais de cem mil bolsistas, no espaço de 4 anos para os melhores centros mundiais em áreas tecnológicas;

14.5. Marcar presença brasileira no cenário mundial como *global player* - A presença de pesquisadores brasileiros no exterior, bem como a visita de pesquisadores altamente qualificados ao país, conferem reconhecimento e credibilidade internacional ao sistema de C&T brasileiro, fato que se reflete em prestígio à ciência produzida no país, bem como aos seus produtos tecnológicos. Deve-se considerar que a competitividade internacional de produtos tecnológicos é dependente da credibilidade dada ao sistema de C&T do país;

14.6 Colaborar com nações amigas - Nem toda ação de internacionalização deve se pautar pela busca de conhecimentos em países mais adiantados. É também estratégico para a inserção internacional do país a cooperação solidária com nações amigas. Os laços criados com o apoio ao desenvolvimento dessas nações e na formação de seus quadros científicos e tecnológicos são importantes no posicionamento do Brasil na geopolítica internacional. O Brasil já vem se beneficiando com esse tipo de cooperação, qualificando-se como liderança natural entre os países em desenvolvimento. Também tem se beneficiado com a presença de pesquisadores estrangeiros que prestam colaboração permanente no nosso país.

No que diz respeito à perspectiva da recomendação 14.6, cabe destacar que o Brasil já possui iniciativas inovadoras referentes à internacionalização solidária, que impulsionam e desenvolvem as articulações e estratégias em âmbito internacional. Nesse quesito, observa-se a necessidade de ampliar a divulgação e fortalecer o financiamento para estender os benefícios dirigidos a estudantes e pesquisadores, o que repercutiria também, positivamente para o país, de modo geral.

### **3.3 Internacionalização Solidária**

A internacionalização solidária não pode ser vista como um investimento que beneficiará somente os outros países, na medida em que se recebem estudantes

para capacitá-los, e os mesmos podem retornar ao seu país de origem. Essa prática, é executada por países desenvolvidos, e não sendo tratada como algo solidário, mas como um caso de internacionalização ativa. Dessa forma, entende-se que a internacionalização solidária desenvolvida no Brasil precisa ser analisada e avaliada, também, como internacionalização ativa, se o objetivo do país é crescer no cenário científico mundial.

Mas com relação à presença de estudantes estrangeiros, o Brasil conta com 15.803 estudantes, de 174 diferentes nacionalidades, entretanto, esse valor representa apenas 0,2% do total de matrículas (INEP, 2017). Essa constatação revela o cenário universitário brasileiro como pouco atrativo para estudantes estrangeiros, além de configurar como incipiente o processo de internacionalização ativa da educação superior no Brasil.

No entanto, encontramos no contexto das universidades brasileiras a oferta de vagas para estudantes estrangeiros, uma proposta arrojada e de grande impacto na internacionalização ativa da educação superior do país. Tais IES estão localizadas em cidades estratégicas e limítrofes com outros países, ou foram idealizadas na perspectiva de desenvolver a internacionalização solidária. O Brasil dispõe de três Universidades que realizam tal prática, em três regiões diferentes do país.

Na região Sul encontra-se a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), sediada em Foz do Iguaçu, Paraná, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, criada em 12 de dezembro de 2007, através do projeto de Lei nº 2.878/08. A Unila conta com 29 cursos de graduação, incluindo bacharelados e licenciaturas, oferta 25 vagas para alunos brasileiros e 25 vagas para alunos provenientes dos demais países da América Latina. Além de desenvolver pesquisas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com oito cursos de mestrado e quatro cursos de especialização *lato sensu*.

A disponibilidade de vagas destinadas a estudantes estrangeiros, pela Unila, em 2016 a colocou como a segunda IES com maior número de matrículas de estudantes estrangeiros, totalizando 1.001 matrículas (INEP, 2016).

No site oficial da instituição é destacada a sua missão:

A missão da Unila é a de contribuir para o avanço da integração da região, com uma oferta ampla de cursos de graduação e pós-graduação em todos os campos do conhecimento abertos a

professores, pesquisadores e estudantes de todos os países da América Latina. Como instituição federal pública brasileira pretende, dentro de sua vocação transnacional, contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional, por meio do conhecimento compartilhado, promovendo pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos de alto nível, a partir de seu Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), com cátedras regionais nas diversas áreas do saber artístico, humanístico, científico e tecnológico (UNILA, 2018).

A vocação internacional da Unila expressa-se no acolhimento de discentes e docentes estrangeiros que ingressam na universidade. As diretrizes da mobilidade acadêmica da Unila são fornecidas por resolução própria, e a unidade administrativa responsável pelos Programas de Mobilidade é a Pró-reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINT), cabendo a esse órgão prestar auxílio aos estudantes estrangeiros que realizam estudos na instituição, dando suporte acadêmico, acompanhando o processo de adaptação na universidade, orientando-os sobre possíveis problemas com visto, questões acadêmicas e demais demandas que possam surgir durante sua permanência no Brasil.

A instituição pauta suas ações na proposta de internacionalização solidária, que acaba por incentivar a internacionalização ativa no país, tendo como missão:

[...] contribuir para a integração solidária da América Latina e Caribe, mediante a construção e a socialização da diversidade de conhecimentos necessários para a consolidação de sociedades mais justas no contexto latino-americano e caribenho (PDI/UNILA, 2013, p. 8).

Quanto aos segmentos envolvidos, a Unila oferece, às categorias de docentes, discentes e técnico-administrativos, a possibilidade de realizar seus estudos em outras Instituições de Ensino Superior do País e do Exterior. Da mesma forma, possibilita que estudantes de outras IES desenvolvam atividades de ensino na Universidade.

A proposta da Unila enfatiza sua contribuição para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, propondo cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais. Esse posicionamento corrobora com o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020:

Modelos de internacionalização solidária na pós-graduação podem incluir a implantação de programas consorciados com foco em

características e problemas comuns, de forma a enfrentar temas e questões postos pela necessidade estratégica de construir uma integração latino-americana produtiva do ponto de vista econômico e tecnológico, mas fundamentalmente solidária e culturalmente respeitosa da diversidade (GAZZOLA; FENATI, 2010, p. 15).

A instituição está comprometida com o destino das sociedades latino-americanas, cujas raízes estão referenciadas na herança da Reforma Universitária de Córdoba (1918). Diferencia-se por sua perspectiva futura voltada para a construção de sociedades sustentáveis no século XXI, fundadas na identidade latino-americana, na sua diversidade cultural e orientadas para o desenvolvimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

O Nordeste também conta com uma IES com tais características, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção, e unidade em Acarape, ambas no Estado do Ceará, além de outra unidade na Bahia, no município de São Francisco do Conde. A Unilab dedica-se a promover a integração acadêmica entre o Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como estimular o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2018).

Em outubro de 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Unilab, que ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e a países parceiros nessa integração. Essa Comissão delimitou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular, assim como a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças.

Durante esse período foram realizadas reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da Comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Os temas eram voltados ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de revelar aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social.

A Universidade é coerente com as propostas do Plano Nacional de Pós-graduação 2011 – 2020, que apontava a necessidade de implementação de ações voltadas para a internacionalização solidária:

Mas a tal internacionalização, por mais clara que seja sua dimensão nos campos político e de desenvolvimento econômico, não pode prescindir de uma perspectiva solidária com os países vizinhos e os países irmãos da África, particularmente os que compartilham conosco de uma herança lusitana. A internacionalização deve se orientar pelos parâmetros do respeito à diversidade, da reciprocidade e da solidariedade, mesmo com a clareza de que há implicações políticas e econômicas nos processos de integração (GAZZOLA; FENATI, 2010, p. 15).

Direcionada, portanto, para a cooperação internacional, e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a Unilab fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seus cursos e ações têm foco preferencial em áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos demais países parceiros, reunindo estudantes e professores brasileiros e estrangeiros e contribuindo para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades. Por isso, representa um avanço na política brasileira de cooperação e de internacionalização da educação superior, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional.

O reflexo desse comprometimento pôde ser observado em 2016, quando a Unilab alcançou o maior número de matrículas de estudantes estrangeiros entre as IES do Brasil, totalizando 1.058 matrículas (INEP, 2016).

Destaca-se, também, no norte do país, uma instituição com proposta de internacionalização solidária, a Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniama). Sediada em Santarém, oeste do Pará, foi instituída pelo Projeto de Lei nº 4.344, de 2008, e integra em seu meio acadêmico os povos amazônicos.

A Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento necessariamente inovador, e nada melhor que uma universidade para ajudar a pensar esse caminho.

A carência de recursos humanos e de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, um grande entrave para um projeto sério e consistente, também pode ser combatida com a formação de profissionais e pesquisadores.

Urge que nos inspiremos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a Unila, que nascerá com o compromisso de transcender reduções particularistas em face da urgência de promover, por intermédio do conhecimento e da cultura, a cooperação e o intercâmbio solidários com os demais países da região.

Tal como na América Latina, os povos amazônicos devem se integrar para enfrentar desafios comuns, assimetrias sociais e a construção cooperativa de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais, que permita não somente o desenvolvimento sócio-econômico, mas também a conservação da natureza e da cultura daqueles que nela habitam. É necessariamente na integração que estão os maiores e melhores auspícios do futuro dessa região. Por esses motivos, reivindicamos a mudança de denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará para “Universidade Federal da Integração Amazônica”. Na certeza de que o pleito é justo e isento de dificuldades, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares (DIÁRIO OFICIAL, 2011, p.44798).

Tais Instituições são referência em processos de internacionalização regionais que se distanciam do enfoque eurocêntrico e hegemônico, pois focam nos países vizinhos, que enfrentam desafios comuns e questões sociais semelhantes, formando e integrando profissionais aptos a desenvolverem atividades condizentes com sua realidade.

A internacionalização da educação superior gera possibilidades de conexão entre as IES de todo o mundo, fortalecendo a integração dos sistemas educacionais e o incremento das relações universitárias entre os países. O conhecimento em nível global se torna cada vez mais importante, bem como a expansão de novas tecnologias de informação e comunicação que propagam conhecimento, consolidando a educação sem fronteiras.

O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Nesse sentido, a Universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração (LEITE; MOROSINI, 1998, p. 24).

As reflexões apresentadas indicam que a internacionalização necessita ser efetivamente implementada como prática integrante do currículo, concebido na sua perspectiva inovadora, em decorrência do reconhecimento da sua representatividade na política acadêmica das IES, além da ênfase da sua inserção nos Planos de Desenvolvimento Institucionais.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de se instituir um marco normativo único para a internacionalização da educação superior, a criação de parâmetros claros e uniformes; mecanismos de avaliação centralizados por agências

de fomento; financiamentos associados à avaliação dos programas e conquista de legitimidade da internacionalização junto à comunidade científica das IES.

As reflexões e análises realizadas no desenvolvimento desta pesquisa demonstram, portanto, a necessidade de uma reconcepção da política de internacionalização, pautada em processos contínuos de avaliação dos programas implementados, em especial do sistema de bolsas, de modo a favorecer o movimento de expansão da internacionalização da educação superior no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização desta Dissertação dedica-se à apresentação de reflexões consideradas mais relevantes na realização da pesquisa. O intuito não é apresentar uma conclusão, pois o estudo sobre a internacionalização da educação superior demonstrou-se repleto de polêmicas e desafios, assumindo um caráter instigante no decorrer do processo investigativo, envolvendo percepções e descobertas desafiadoras.

Diante da pluralidade de temáticas possíveis para estudo sobre a internacionalização, optamos, nesta dissertação, por desvelar o processo de sua construção, considerando as políticas de internacionalização da educação superior no Brasil, em dimensão nacional, tendo em vista sua contribuição para ampliar a compreensão desse componente e qualificação dos processos de implementação no âmbito governamental e institucional.

As análises permitiram identificar uma grande variedade de programas de internacionalização, no entanto, esse cenário apresenta-se pouco expressivo nas políticas institucionais contidas no acervo documental e nas práticas acadêmicas por parte das IES.

A pesquisa constatou uma grande variedade de programas direcionados para a internacionalização passiva, verificada no encaminhamento de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação para outros países, sobretudo países desenvolvidos. No entanto, há a perspectiva da internacionalização solidária, quando se recebem discentes e pesquisadores provenientes de países subdesenvolvidos para formação superior e pós-graduação, a fim de alavancar o potencial econômico e social do país de origem. E tal conjuntura pode-se configurar, também, um processo de internacionalização ativa.

Observaram-se programas que estimulam a internacionalização ativa e atraem pesquisadores para o desenvolvimento de estudos e pesquisa no Brasil, porém, essa modalidade é mais escassa e necessita de estratégias específicas para que seja mais atrativa aos pesquisadores estrangeiros.

Destacamos que a internacionalização da educação superior precisa, de fato, ser estudada em nível nacional, em âmbito governamental e institucional, sendo essa focalização, em ambos os níveis, essencial para o seu desenvolvimento. O primeiro institui as políticas, os recursos e programas, bem como a regulação do

processo, o que permite estruturar a internacionalização no país. Já o segundo nível é considerado como o *locus* de concretização do processo de internacionalização da educação superior (LAUS; MOROSINE, 2014). O governo idealiza/formaliza e as instituições são responsáveis por executar as políticas e programas.

Por meio do estudo realizado constatou-se que o Brasil dispõe de muitos acordos de cooperação científica internacional com países de todos os continentes, os quais propiciam parcerias universitárias, pesquisas desenvolvidas em conjunto, bolsas de estudos e investimentos para participação em eventos internacionais. Tais programas são estabelecidos pelas agências de fomento dos governos federal e estaduais, fundações e instituições independentes.

Apesar da variedade de programas propostos, há pouco conhecimento e aproveitamento por parte de alunos e professores, possivelmente por não haver uma cultura de internacionalização sólida nas IES e no próprio país. Verifica-se que os programas e propostas de internacionalização frequentemente inexistem, ou são pouco enfatizados na matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e, conseqüentemente, não são prioridade na trajetória acadêmica dos alunos.

De modo geral, as políticas e programas constituídos e ofertados em dimensão nacional pelas agências de fomento e diversas instituições apresentam uma fragilidade na sua execução, no âmbito institucional. No caso das políticas e propostas de internacionalização da educação superior, observa-se que as mesmas não se firmam, por haver descontinuidade no processo de implantação e execução, revelando a necessidade de desenvolver estratégias para estimular a prática da internacionalização nas IES do país.

Os dados analisados indicam a necessidade fundamental do desenvolvimento de uma cultura de internacionalização nas IES para impulsionar as ações e intensificar o aproveitamento das propostas definidas pelas políticas e programas existentes, em nível institucional.

Compete ao governo federal divulgar os programas internacionais disponíveis em meios de comunicação, redes sociais e não apenas nos sites oficiais, com o intuito de popularizar e tornar acessíveis tais informações a todos os seguimentos da população e abrangendo os diversos níveis de ensino.

As IES, especificamente, também devem lançar estratégias institucionais facilitadoras para propiciar o acesso a essas informações e integrar a internacionalização no seu cenário de atividades acadêmicas e de comunicação.

Torna-se relevante uma organização institucional interna, preferencialmente um setor específico responsável por realizar articulações e identificação das oportunidades acadêmicas internacionais disponíveis no país, fazendo circular de forma construtiva as informações nos grupos que constituem as IES. Além de propor diretrizes institucionais que venham a gerir novas demandas e definir metas internas em prol do desenvolvimento de práticas de internacionalização, as mesmas devem ser direcionadas a docentes e discentes, bem como funcionários administrativos.

Nessa perspectiva, professores e alunos devem ser estimulados a envolverem-se em ações de mobilidade acadêmica internacional junto às agências de fomento, para realização de pesquisa e produção conjunta com IES de outros países. A internacionalização deve estar entre as prioridades dos programas de pós-graduação, ressaltando-se a importância da criação de grupos de estudos para compartilhar as experiências internacionais, a fim de estimular outros interessados e incrementar as produções científicas, além de inserir o tema nas pautas das reuniões de colegiado, para sintonizar e conectar as ideias de todos os envolvidos.

As iniciativas de proposição, realização e incentivo à participação em eventos internacionais, publicações em revistas internacionais, aulas com professores estrangeiros precisam compor as prioridades dos regulamentos dos programas de pós-graduação e dos projetos de cursos de graduação.

É indispensável que as informações sejam acessadas por todos, e não apenas pelos que procuram por ela, dessa forma, o interesse coletivo é despertado e a internacionalização da educação superior se firma, envolvendo todos os segmentos das instituições de ensino, tendo em vista a qualificação da formação acadêmica que trará benefícios para toda a sociedade.

Enfatiza-se, ainda, a necessidade da elaboração de um marco normativo único para a internacionalização da educação superior, a criação de parâmetros objetivos e uniformes; mecanismos de avaliação centralizados por agências de fomento; conquista da legitimidade pela comunidade científica; e financiamentos associados à avaliação dos programas. Nesses termos, a definição de uma política de internacionalização, a avaliação dos programas implementados e o sistema de

bolsas moldarão o movimento de expansão da internacionalização da educação superior no Brasil.

Diante da complexidade que circunda as políticas educacionais em dimensão nacional, acreditamos que este estudo, dedicado a um fragmento desta realidade tão heterogênea, contribua para uma visão crítica e propositiva sobre a internacionalização na educação superior.

Avaliamos que a finalização deste estudo atende a sua motivação inicial de ampliar conhecimentos sobre a internacionalização da educação superior, instigando o aprimoramento do pensamento crítico sobre essa temática de significativa relevância para educadores, docentes, gestores e pesquisadores.

Destarte, consideramos que ainda há muito para ser analisado no tocante à internacionalização da educação superior e acreditamos que esta pesquisa, além de oportunizar reflexões sobre as políticas de internacionalização em dimensão nacional, gera oportunidade de aguçar novas problematizações e, assim, constituir-se como mais uma fonte de estudo sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, M. **Perspectivas de abordagem do currículo no novo milênio**. Recife, PE: Contexto / Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006.

ALMEIDA, M. H. T de. **A Pós-graduação no Brasil**: onde está e para onde poderia ir. In: Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020, p. 17-28. Documento acessado online? Colocar o link e a data de acesso

ALTBACH, P. G. The costs and benefits of world-class universities. **International Higher Education**, n. 33, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **PNE em Movimento**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **UNILA**. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **UNILAB**. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional-2/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **A Internacionalização na Universidade Brasil**: resultados do questionário apresentado pela CAPES. Ministério da Educação. Brasília, DF: CAPES, 2017. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016. Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 04 dec. 2016, seção 1, p. 9.

\_\_\_\_\_. Painel de Controle do programa Ciência sem Fronteiras. **Ciência sem Fronteiras**. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-e-investimentos>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 1**, de 09 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <[http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC\\_MCTI\\_temas+prioritarios\\_Csf.pdf](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC_MCTI_temas+prioritarios_Csf.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2016**: Notas Estatísticas. Ministério da Educação, 2016 onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.642**, de 13 de dezembro de 2011. Institui o programa Ciência sem Fronteiras. Presidência da República, Casal Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020**. Ministério da Educação. Brasília, DF: CAPES, 2010. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei Original nº 4.344, de 2008**. Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA. Diário do Senado Federal, nov, 2011. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Pós-Graduação: **PNPG 2011-2020**. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Educação um Tesouro a Descobrir**: Relatório da UNESCO para da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, SP: 1998. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. **Lei 5540/68**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. Brasília, 1968. onde teve acesso ao documento??

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1999.

CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/paises-baixos/capes-centro-de-pesquisa-de-wageningen>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/bragfost>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/israel/programa-capes-weizmann>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/nopa>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/japao/programa-capes-jsps>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/portugal/capes-inl>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/portugal/capes-inl>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/programa-Capes-embrapa-fundacao-agropolis>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/reino-unido/nottingham-birmingham>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/programa-de-assistente-de-ensino-de-lingua-alema-para-projetos-institucionais-gta>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/espanha/Capesdgpu>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/bragecrim>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/belgica/programa-capeswbi>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/noruega/capes-siu>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/suecia/capes-stint>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/paises-baixos/branetec>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/humboldt>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/paises-baixos/programa-capesnuffic>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/espanha/Capesdgpu>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/portugal/fct>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/unibral.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/capes-brafagri.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/probral.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/cofecub.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/brafitec.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pro-mobilidade-internacional-capes-aulp.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/brics.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/argentina/centros-associados-cafp.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/argentina/centros-associados-capg.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-regional-math-amsud.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/capes-pifc.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/colombia/colciencias.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/haiti/pro-haiti.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/1178-blank-50839141.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/estados-unidos/programa-setec-capes-nova.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-abdias-nascimento-projetos-conjuntos-de-pesquisa.>> Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-abdias-nascimento-projetos-conjuntos-de-pesquisa>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/argentina/mincyt>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/cuba/mes-projetos>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/uruguai/capes-udelar-projetos>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/mercosul/programa-capes-marca-mobilidade-docente>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/1367-blank-24536701>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/portugal/pdpp>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://prpg.ufla.br/\\_ppg/genetica/apoio-aos-discentes-para-participacao-em-eventos-cientificos-no-exterior-paccss-capes-fapemig](http://prpg.ufla.br/_ppg/genetica/apoio-aos-discentes-para-participacao-em-eventos-cientificos-no-exterior-paccss-capes-fapemig)>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://memoria.cnpq.br/perguntas-frequentes1;jsessionid=A20AC273BE4991998521BFD5B3699F23?p\\_p\\_id=122\\_INS\\_TANCE\\_zPF9&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-3&p\\_p\\_col\\_pos=1&p\\_p\\_col\\_count=3&p\\_r\\_p\\_564233524\\_categoryId=182294](http://memoria.cnpq.br/perguntas-frequentes1;jsessionid=A20AC273BE4991998521BFD5B3699F23?p_p_id=122_INS_TANCE_zPF9&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=3&p_r_p_564233524_categoryId=182294)>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://programadespertandovocacoes.com/quem-somos-nos/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais/pnpd-capes>>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/iodp>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://brasil.ubi.pt/pag/pliprogramadelicenciaturasinternacionais/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.fundacioncarolina.es/la-fundacion/mision-y-valores/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020**. Relatório Final 2016. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Edital 41/2017** - Resultado Final. Brasília, 2018.

CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

CARBONELL, J. **A Aventura de Inovar: a Mudança na Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26: p. 30-50, 1994.

CONTEL, Fábio B; LIMA, Manolita C. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0095.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CNPQ. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao\\_institucional/](http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/)>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DUSSEL, E. Transmodernidade e Interculturalidade: interpretação a partir da teoria da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 51-73.

ENDERS, J. Higher education, internationalization and the nation-state: recent developments and challenges to governance theory. **Higher education**, 47 (3), p. 361-382, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAZZOLA, A. L. A; FENATI, R. A Pós-graduação Brasileira no Ano de 2020. In: Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020, p. 7-16.

GOBERT, Muller completar informações In: VAZ., L. G. D. Políticas Públicas. **Revista nova Atenas de educação e tecnologia**. Revista eletrônica do

departamento acadêmico de ciência da saúde, educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. v. 10, n. 01, jan./jun. 2007.

HERNANDEZ, F. et al. **Aprendendo com as Inovações nas Escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais-apresentacao>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior 2016**. Divulgação em 31 ago. 2017. Disponível em: <[http://inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/censo\\_superior\\_tabelas.pdf](http://inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf)> Acesso em: 04 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Ministério da Educação, 2017. onde teve acesso ao documento??

\_\_\_\_\_. Diretoria de Avaliação de Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Nota Técnica nº 14 /2014**. Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/nota\\_tecnica/2014/nota\\_tecnica\\_n14\\_2014.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018

\_\_\_\_\_. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

KNIGHT, J. Cinco verdades sobre internacionalização. **International Higher Education**. Center for International Higher Education, n. 69, out. 2012. Edição brasileira (Revista Ensino Superior Unicamp) publicada mediante acordo de cooperação entre Unicamp e Boston College.

\_\_\_\_\_. Internationalization: key concepts and elements. In: GAEBEL, M. (Ed.). **Internationalization of European higher education: an EUA/ACA Handbook**. Berlin: Raabe Academic Publishers, 2008.

\_\_\_\_\_. Un modelo de internacionalización: respuesta a nuevas realidades y retos. In: **Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional**. Colombia, Banco Mundial, 2005.

\_\_\_\_\_. An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in Higher Education**, Sage Publications, Standford, v. 8, n. 1, p. 5-31, spring 2004.

\_\_\_\_\_. Updated Internationalization Definition. **International Higher Education**. Boston College. 33: 2-3.

KNIGHT, J.; WIT, H. de (Eds.) **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries**. Amsterdam: Asociación Europea para Educación Internacional, 1997.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internacionalización de la Educación Superior en Brasil. In: **Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional**. Bogotá, Banco Mundial, 2005.

LEHER, R. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: El caso de Brasil. In: GENTILI, P. et al. **Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2009, p. 15-66.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. de. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 583-610, Nov. 2009.

LOPES, A. C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p. 11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARGINSON, S.; VAN DER WENDE, M. The new global landscape of nations and institutions. Higher education to 2030. In: KING R. Marginson S.; NAIDOO, R. (Eds). **Handbook on Globalization and Higher Education** (p. 17-62). Paris: OCDE, 2009.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002 .

MASETTO, M. T. **Inovação na Educação Superior**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. v. 8, n. 14, 2003-2004.

\_\_\_\_\_. **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_; GAETA, C. Currículo Inovador: um Caminho para os Desafios do Ensino Superior. **Revista Forges**. v. 4, n. 2, 2016.

MATTOS, P. L. C. L. **As universidades e o governo federal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional>> Acesso em: 17 ago. 2018.

MEC; SASE. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**, 2014.

MCTIC. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>> Acesso em: 17 ago. 2018.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-29.

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento**. Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, M. C. Internacionalização na Produção de Conhecimento em IES Brasileiras: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, 2011. p. 93-112.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. do. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, e155071, 2017.

\_\_\_\_\_. **A universidade no Brasil: modelos e concepções**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org). **Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002, p. 31-42.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. Folha explica, ciência política. 1. reimpressão da 1. ed. São Paulo, SP: Publifolha, 2010.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

SALMI, J. **The challenge of establishing world-class universities**. World Bank Publications, 2009.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil: O setor privado**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA, J. V. Educação superior: evolução, organização e cenários. In: ROCHA, M. Z. B.; PIMENTEL, N. M. (Org.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. p. 349-388.

SOUSA, J. V. **Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando?** Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 343-354, set./dez. 2017. Revista Educação

TEIXEIRA, A. **O Ensino Superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TRUJILLO, A. M. **Desenvolvimento, Aprimoramento e Consolidação de uma Educação Nacional de Qualidade**. CNE/UNESCO, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013 – 2017. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.